



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 4/2025/DAOA-AM

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 29 de novembro de 2024, aprovada na sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2025.-----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira.-----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 24 de fevereiro de 2025. ---

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



Acunha

ATA N.º 23 – No dia 29 de novembro de 2024, reuniu, às 20 horas e 55 minutos, no auditório da Biblioteca Municipal, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, integrando ainda a Mesa a Secretária da mesma, Ana Patrícia Bastos da Cunha, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 21 – Sessão Extraordinária de 31 de outubro de 2024;**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – Opções do Plano e proposta do Orçamento do Município para 2025;**
- 4 – Informação do Auditor Externo – 1.º semestre de 2024;**
- 5 – Mapa de Pessoal 2025 e manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade;**
- 6 – Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.;**
- 7 – Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A.;**
- 8 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira para o ano de 2025;**
- 9 – Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Escapães para execução de obras de requalificação do edifício-sede;**
- 10 – Proposta de recursos financeiros destinados ao exercício e à execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Educação para o exercício de 2025.**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões

M
de Carlos
P



Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Délio Manuel Ferreira Carquejo e Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição da Vereadora Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves).-----

Não estiveram presentes os Vereadores Vitor Carlos Latourrette Marques e Ana Beatriz Soares Pereira da Silva. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. ---
Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do Secretário da Mesa da Assembleia, Ricardo Leite de Oliveira, estar presente nesta sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa. Convidou o grupo municipal do PS a indicar um membro para o efeito, tendo sido indicado o membro Virgílio da Silva Ribeiro, o qual integrou a Mesa.-----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia informou que os membros Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Alexandra Patrícia Alves de Sousa (PS), Rosa Maria Pinto da Silva (PS), e Tiago de Oliveira Paiva (BE) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Carlos Seixas: substituído pela Regina Maria Gonçalves da Silva,-----
 - Susana Silva: substituída pelo Jorge Paulo das Neves Pereira, -----
 - Alexandra Sousa: substituída pelo Lécio Jorge Pereira Dias, -----
-



h
Acunha
P

• Rosa Silva: substituída pela Célia Adelina Couto Soares (*uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – António dos Santos – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão*),-----

• Tiago Paiva: substituído pelo Eduardo Gabriel Baptista Couto (*uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Bianca Santos de Almeida – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de comparecer nesta sessão*).-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Argoncilhe: Manuel Pereira dos Santos (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Pedro Alexandre da Silva Martins, -----

• Arrifana: Ricardo Leite de Oliveira (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Filipe Cardoso Araújo; -----

• Paços de Brandão: Avelino Carvalho Costa (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: António Alves Pereira Pinto; -----

• União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande: David António Henriques das Neves (PS) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Vera Cristina dos Santos Silva;-----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 48 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Serafim Manuel da Rocha Guimarães; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Joana Patrícia Fonseca da

M
Ana Cunha
P



Silva; José Moreira de Jesus Castro; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; Jorge Paulo das Neves Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Pedro Alexandre da Silva Martins; Arrifana – Filipe Cardoso Araújo; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro; Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Armando de Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – António Alves Pereira Pinto; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares,-----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Cláudio Alexander Brandão da Costa; Marco António Gomes Gonçalves; Lécio Jorge Pereira Dias; Célia Adelina Couto Soares; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – Vera Cristina dos Santos Silva; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Eduardo Gabriel Baptista Couto; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----



AS
Incluído
9

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Carlos Miguel Moreira Cunha. --

*Entraram no decorrer da sessão: Eva Lúcia Fernandes da Costa (PSD); Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva (PSD); Job Santos Silva (PS); e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Milheirós de Poiares – Manuel António Martins de Melo (Independente - IND) e da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha (PSD). -----
Faltou à sessão, sem ser substituído: Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD).*

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2024, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu este período dando nota que, excecionalmente, usará da palavra o membro Miguel Branco, pedido que formulou para fazer um comunicado a esta Assembleia. -----

Usou da palavra o membro **Miguel Branco** que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“SAÍDA DO PARTIDO CHEGA E PASSAGEM A DEPUTADO INDEPENDENTE -----
Face às informações que vieram ao público e aos numerosos contactos que tenho recebido de militantes, simpatizantes e cidadãos preocupados, sinto a necessidade de prestar um esclarecimento claro, com total transparência,



sobre os motivos que me levam a tomar a difícil, mas necessária, decisão de deixar o Partido CHEGA e assumir a posição de “Deputado Independente”. -

- Para mim Deus está acima de tudo, a Família é o meu alicerce e o meu porto seguro, a Pátria é o solo onde finquei o coração e nela pretendo morrer, o trabalho é a base da dignidade, é o que nos faz ser úteis e a liberdade é independência, é o poder escolher, pensar, ir e vir e acreditar. -----

Sou leal a mim mesmo, aos valores e princípios que me foram transmitidos por meus pais e deles não abduco ou desvio um centímetro que seja, como tal não posso compactuar com o modus operandi destes militantes, que de uma forma vil e pouco transparente colocaram em causa o trabalho de quem sempre esteve disponível e no terreno, desvirtuando o espírito original para fazer crescer o partido. -----

A minha dignidade estará sempre em primeiro lugar e dela nunca abdicarei. Existem fatores basilares e de extrema importância para os trabalhos correrem bem, e é do meu entendimento que não estão reunidas essas condições para trabalhar em conjunto com estes militantes.-----

Eu sou homem, filho, marido, pai, e como hoje sou “deputado municipal”, e porque tenho plena consciência de que isto é transitório e se hoje sou, amanhã posso não ser. Rejeito práticas de subserviência e hipocrisia. Não me vendo, não cedo, e continuarei firme nos valores que me definem como homem.-----

Entre na política com o objetivo de servir, de forma completa e transparente, os cidadãos que represento. Acredito profundamente nos ideais de meritocracia, honestidade e lealdade para com os candidatos. No entanto, constatei que o partido se desviava destes princípios. -----

A lógica do “cargo pelo cargo” e a premiação de pessoas que pouco ou nada fizeram pelo partido ou pelo distrito são práticas que não posso aceitar. Não estou, nem estarei, ao lado de quem premeia o compadrio, o amiguismo, o nepotismo e o cinismo, em detrimento de militantes que realmente lutam pelos ideais que o partido se diz defensor. -----



↓
Ana Cunha

Passo a independente porque, não foi por lugares em listas ou qualquer outro argumento desqualificado que possam usar, justamente porque não estou agarrado a tachos e a cargos e sempre exerci a minha profissão independente da política, jamais abri mão dela e sempre trabalhei muito. -- Nunca precisei de lugares em listas e nunca precisei da política. -----

- Os deputados pelo círculo de Aveiro não representam os interesses do distrito nem dos seus cidadãos. São pessoas sem competência para exercer cargos políticos, e os únicos méritos que possuem é a proximidade com os órgãos distritais e com a direção nacional.-----

Não posso compactuar com a eleição de representantes que se preocupam mais em servir-se da política do que em servir o povo. Não se trata de lugares, mas sim de lealdade e transparência para com o eleitorado Feirense, que merece saber que à boleia de referências como o Presidente André Ventura, correm o risco de eleger novamente candidatos que representam o pior da política, que não querem saber da política ou do Distrito, mas que apenas se querem servir à custa da política e do voto da população. E isso não posso branquear nem compactuar! -----

Além disso, o cabeça da lista estava e continua desfasado da realidade do distrito, não sendo natural de Aveiro, não residindo na região, e situando-se em claro conflito com a maioria dos militantes. Estas situações tornam impossível defender os interesses da população de forma eficaz. -----

- Durante os últimos cinco anos no partido e mais de três como Deputado Municipal, abdiquei de muitas coisas: família, amigos, tempo pessoal e até saúde. Fiz isso com o propósito de trabalhar por Santa Maria da Feira e pelo distrito de Aveiro. No entanto, não posso permitir que esses esforços sejam desvalorizados por interesses pessoais e práticas que traem os valores em que acredito. -----

- Apesar da saída do partido, o meu compromisso com o concelho de Santa Maria da Feira e com os Feirenses permanece inabalável. Continuarei a cumprir o meu mandato, a trabalhar com confiança e de forma



independente, focado na defesa dos interesses de nossa região. O trabalho realizado ao longo dos anos – desde a abertura do partido às instituições e à sociedade civil até às iniciativas em prol dos cidadãos – é motivo de orgulho, e seguirei de cabeça erguida. -----

- Sinceramente agradeço o apoio e o carinho de todos os militantes, simpatizantes e cidadãos que manifestaram apoio e solidariedade neste momento de transição. A todos vocês, deixo a minha garantia de que continuaremos juntos, sempre com os olhos postos no futuro e na melhoria contínua do nosso concelho e da nossa região. -----

Defendendo uma democracia verdadeira, onde todos têm o mesmo valor, independentemente de sua posição social.-----

Esta decisão foi tomada com base em princípios sólidos e não em interesses pessoais. Continuarei a ser um defensor incansável dos valores de Deus, Pátria e Família, pilares que sempre me guiaram.-----

Finalizando permita-me mencionar dois trechos, -----
O primeiro da apresentação do Plano de Fomento, em 28 de maio de 1953, que cita:-----

- «Pois é preciso que gritemos tão alto a verdade, que demos tal relevo à verdade que os surdos a ouçam e os próprios cegos a vejam». -----

O segundo trecho é de Eça de Queiroz em que o próprio disse:-----
- «Os políticos e as fraldas devem ser mudados frequentemente e pela mesma razão. Lembrem-se disso da próxima vez que forem votar.»-----

Por Santa Maria da Feira, pelos Feirenses e por Portugal, seguirei em frente com força e determinação! Viva Portugal!” -----

De seguida, a **Sra. Presidente da Assembleia**, acolhendo Miguel Branco como membro independente, face àquela manifestação de vontade, prosseguiu os trabalhos, informando da existência de 2 recomendações, 2 votos de saudação e 1 voto de pesar que, nos termos regimentais, foram recebidas pelos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e enviadas,



M
Incluido
9

por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. Posto isto, passou a palavra aos proponentes dos respetivos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO: 25 DE NOVEMBRO - DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES-----

No dia 25 de novembro assinalou-se o dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres. Em Portugal, desde 2011 que se organizam manifestações todos os anos, tendo por isso o país assistido a uma maré feminista pelas ruas no dia 25 de novembro de 2024. -----

Dados mundiais indicam que uma em cada três mulheres já foi alvo de violência física e/ou psicológica e, em geral, são os seus próprios companheiros ou ex-companheiros os agressores. Atrás destes números estão mulheres e raparigas reais, de todas as origens e lugares. -----

Em Portugal, a violência de género é estrutural e evidente a cada ano que passa. Só no primeiro semestre de 2023, de acordo com dados oficiais, foram assassinadas 10 mulheres, 7 das quais “vítimas de homicídio voluntário em contexto de Violência Doméstica”. -----

Segundo dados do Observatório das Mulheres Assassinadas, em 2022, 35 mulheres foram assassinadas em Portugal. Já nos primeiros nove meses de 2023, foram assassinadas 14 mulheres no mesmo contexto. Os femicídios, assassinato de mulheres por serem mulheres, são o resultado de um contexto de várias violências, tantas vezes ignoradas e silenciadas. -----

O Relatório Anual de Segurança Interna mais recente revela que, em 2022, foram registadas 30.488 queixas de violência doméstica, um aumento de 15% face ao ano anterior. A marca de género desta violência é evidente. Mulheres e raparigas representam a esmagadora maioria das vítimas deste crime (72,4%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens

M
João Cunha
[Signature]



(80,2%). -----

Ao nível dos crimes sexuais, continua a destacar-se o abuso sexual de crianças (onde as meninas representam 82% dos casos e 93,5% dos arguidos são homens) e o crime de violação, com 519 denúncias (uma subida de 30,7% face ao ano anterior) das quais 93,6% dizem respeito a vítimas mulheres e 97,7% a arguidos homens.-----

Não devemos esquecer que o risco de se ser alvo de violência aumenta quando o género feminino se cruza com outras identidades oprimidas. Dados relativos aos países da União Europeia indicam que 34% das mulheres com problemas de saúde ou com deficiência já foram agredidas física e/ou sexualmente por um companheiro. Acresce que Portugal é um dos três países da UE que ainda faz esterilização de meninas. -----

Em Portugal registaram-se ainda 190 registos de Mutilação Genital Feminina em 2022, com consequências para a saúde destas mulheres. As mulheres migrantes sofrem também uma violência estrutural. De igual forma, os dados mundiais de 2022 relativos à violência contra pessoas trans mostram que 95% das assassinadas eram do género feminino. -----

Estamos perante dados nacionais e mundiais que não representam uma novidade, mas que todos os anos devemos lembrar para que não se caia na armadilha daqueles que continuam a dizer que está tudo bem, quando a violência contra as mulheres continua a ser exercida sobre várias formas.--

De igual forma, no plano municipal devem continuar a envidar-se todos os esforços para que existam políticas públicas não só de prevenção da violência, mas também de apoio. -----

Eliminar a violência contra as mulheres é condição incontornável para uma sociedade justa e igualitária: os direitos das mulheres são direitos humanos. A tarefa de reforço da sensibilização, proteção e resposta aos crimes de violência doméstica e de género é uma tarefa nacional e local, de todos e todas nós. A cidade de Lisboa deve comprometer-se, também, com esta tarefa.-----



João Cunha

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de novembro de 2024 delibera: -----

1. Saudar todas as iniciativas convocadas para o dia 25 de novembro que assinalam este dia e a pertinência da luta pelos direitos das mulheres e o trabalho de todos e todas aquelas que fazem da luta pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres condição fundamental para o respeito pelos Direitos Humanos e para uma sociedade livre, democrática e igualitária; -----

2. Prestar homenagem a todas as mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica, reconhecendo a necessidade de combater a misoginia e a violência de género em todas as esferas da sociedade.” -----

“VOTO DE RECOMENDAÇÃO: SANTA MARIA DA FEIRA COM AR LIMPO -----

“Investir em ar limpo salva vidas de pessoas, combate as alterações climáticas, fortalece economias, constrói sociedades mais justas e promove os objetivos de desenvolvimento sustentável” - António Guterres, Secretário-Geral da ONU.-----

Na mensagem de 2024 sobre o Dia Internacional do Ar Limpo, data designada pela Assembleia Geral da ONU, o Secretário-Geral das Nações Unidas António Guterres refere que o ar poluído provoca anualmente em todo o mundo mais de 8 milhões de mortes prematuras, das quais 700.000 são crianças com menos de cinco anos. E salienta que é possível e necessário fazer frente a esse assassino silencioso que é a poluição. -----

A poluição do ar aquece o planeta, aprofunda a crise climática e já é o segundo principal fator de risco de morte, sendo responsável por 48% da doença pulmonar obstrutiva crónica a nível mundial. No nosso país, de acordo com o Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME), a exposição média anual de cada pessoa é 1,7 vezes (quase o dobro) da indicada pela Organização Mundial de Saúde e têm ocorrido 20 mortes por 100.000 pessoas, atribuíveis à poluição por partículas finas (PM 2,5). Os dados sobre

Handwritten signature and initials



anos de vida perdidos com outros poluentes, como o dióxido de azoto (NO₂) e ozono (O₃), são também preocupantes. E a Agência Europeia do Ambiente na sua publicação “Air pollution and children’s health” de abril de 2023 realça a especial vulnerabilidade das crianças face à poluição do ar. -----

Na sua mensagem deste ano, o Secretário-Geral das Nações Unidas incita os decisores políticos e as empresas a abandonar progressivamente os combustíveis fósseis, a estimular o recurso às energias renováveis, a disponibilizar modos de transporte não poluentes, entre outras medidas.---

Dando sequência às chamadas de atenção da ONU, para além das ações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) entidades a quem foram atribuídas competências para assegurar a qualidade do ar, impõe-se uma intervenção mais decisiva das autarquias. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 29 de novembro de 2024 delibera: -----

1 – Através duma parceria com a academia e/ou outras entidades qualificadas, proceda à identificação das principais fontes de poluição do ar no município e seus impactos na saúde pública; -----

2 – Sejam definidas “zonas de ar limpo” nas imediações de escolas, jardins de infância, lares/centros sociais e outros locais onde se deva limitar a circulação de veículos poluentes alheios aos locais em questão e implementar outras medidas como a criação de espaços verdes para proteger crianças e adolescentes da poluição do ar.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO: CELEBRAÇÃO DO 25 DE NOVEMBRO E DOS SEUS 50 ANOS -----

Considerando que: -----

1. O dia 25 de Novembro de 1975 foi um marco determinante para a consolidação da democracia em Portugal; -----



M.
Macena
[Signature]

2. Este momento histórico simboliza a salvaguarda das liberdades, garantias e direitos fundamentais dos cidadãos;-----

3. Em 2025 assinalam-se 50 anos de um dia decisivo na defesa do sistema democrático e pluralista que orienta o nosso país; -----

4. A celebração de datas históricas é essencial para preservar a memória coletiva e transmitir às gerações futuras os valores que nos definem como Nação; -----

5. A evocação desta data representa um tributo à coragem e à determinação daqueles que contribuíram para a construção de um Portugal livre e democrático.-----

Recomenda-se que:-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida a 29-11-2024, delibere recomendar à Câmara Municipal que promova, em 2025, Cerimónias Oficiais de Celebração dos 50 Anos do 25 de Novembro, incluindo: -----

1. Eventos Comemorativos que recordem e celebrem a importância histórica deste dia para a democracia portuguesa, promovendo iniciativas culturais e educativas abertas à comunidade; -----

2. Sessões Solenes que reconheçam formalmente o contributo de indivíduos e instituições na defesa e consolidação dos valores democráticos. -----

Objetivos: -----

- Valorizar o papel do 25 de Novembro na construção do Portugal democrático que hoje conhecemos;-----

- Envolver a comunidade local na reflexão e celebração dos princípios fundamentais da democracia;-----

- Assegurar que esta data seja lembrada como um exemplo de resiliência, pluralismo e compromisso com o bem comum.” -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE NOVEMBRO DE 1975-----

No ano em que se assinala o 49.º aniversário do 25 de Novembro, a

M
Assimbe
P



Assembleia da República realizou, pela primeira vez, uma sessão solene evocativa desta data histórica, reconhecendo a importância da vitória do movimento democrático. Este marco garantiu a prevalência do espírito das instituições e da democracia representativa, reconduzindo Portugal a um curso institucional de normalidade e abrindo caminho para a democracia moderna e pluralista de que hoje usufruímos. -----

Considerando que: -----

- O dia 25 de Novembro de 1975 foi um marco determinante para a consolidação da democracia e da liberdade em Portugal, garantindo o sistema político plural e democrático que ainda hoje nos define; -----
- Este momento histórico reflete a coragem e determinação de todos os que, com espírito de dever e compromisso, preservaram os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos;-----
- A ação de indivíduos e instituições nesse dia foi essencial para evitar um desvio ao caminho democrático, consolidando o rumo para uma sociedade mais justa e plural. -----

Propõe-se que: -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira aprove um voto de saudação ao 25 de Novembro de 1975, como uma data histórica que simboliza a defesa intransigente da liberdade e da democracia em Portugal. Este voto de saudação presta homenagem a todos os que contribuíram para a preservação dos valores democráticos, sublinhando a importância de recordar e celebrar este marco histórico como inspiração para as gerações futuras.-----

Que esta saudação renove o compromisso de todos nós em valorizar e proteger os princípios da liberdade, do respeito mútuo e da democracia que definem a nossa identidade como Nação.” -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU), que apresentou e explanou o voto de pesar que, seguidamente, se transcreve: -----



h
hacurbo
P

“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CELESTE CAEIRO -----

Em 15 de novembro de 2024 faleceu aos 91 anos, Celeste Caeiro, a mulher que, no dia 25 de Abril de 1974, ao distribuir cravos aos militares do MFA, num gesto com um extraordinário simbolismo que foi um prenúncio da aliança, determinante na Revolução, entre o povo português e o Movimento das Forças Armadas, fez com que a Revolução de Abril ficasse conhecida em todo o mundo como a “Revolução dos Cravos”. -----

Celeste Martins Caeiro, nasceu em Lisboa a 2 de maio de 1933, oriunda de uma família humilde, e viveu grande parte da sua vida em Lisboa. Enfrentou uma vida de dificuldades com perseverança. Mulher trabalhadora, de fortes convicções, e militante comunista até ao fim da sua vida, a sua generosidade e afabilidade ficará na memória de todos os que com ela conviveram. -----

No dia 25 de Abril de 1974, manhã cedo, Celeste Caeiro levantou-se para ir trabalhar num restaurante situado em Lisboa, na Rua Braancamp. A casa fazia um ano nesse dia e comprou flores para oferecer aos clientes. Como não abriu, devido às movimentações militares, os cravos foram distribuídos pelas trabalhadoras. Celeste não foi para casa, juntou-se aos populares no Chiado e tendo sido informada por um dos soldados de que estava em curso uma revolução, ofereceu-lhe um cravo que o militar colocou no cano da espingarda. -----

O resto da história é por demais conhecida. Celeste distribuiu todos os cravos pelos militares. Ficou conhecida como a “Celeste dos cravos” e o 25 de Abril como a “Revolução dos Cravos”. Ficarà para sempre associada à história e memória do 25 de Abril e da liberdade no nosso País. -----

A Assembleia Municipal, reunida em 29 de novembro de 2024, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Celeste Caeiro e expressa à sua filha, neta, e demais familiares e ao Partido Comunista Português, sentidas condolências.” -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os documentos a

M
do Cunha




discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao deputado municipal Eduardo Couto.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que, relativamente às duas propostas apresentadas pelo CDS-PP, disse que, em coerência com as posições tomadas pelo Bloco de Esquerda Nacional, não compactua com revisionismos históricos nem quer ser conivente com uma tentativa disfarçada de minorizar o significado político e histórico da Revolução de Abril, incluindo as reivindicações socialistas e humanistas que pelas ruas do país exigiam habitação, meios de produção, direitos para as mulheres, fim da guerra colonial e tantas outras bandeiras que o povo ergueu.-----

Referiu que, mesmo depois do 25 de novembro, o país aprovou uma Constituição da República que previa que Portugal caminhasse para uma sociedade sem classes, assegurando a transição para o socialismo. Constituição aprovada de forma consensual pela sociedade portuguesa, contando com a maioria de todos os decisores políticos, PSD incluído, sendo exceção o CDS-PP, que contava com herdeiros dos derrotados de Abril.-----

Realçou que Vasco Lourenço, um dos principais rostos do 25 de Novembro, e talvez um dos mais moderados do Movimento das Forças Armadas, é uma das vozes que considera que não se deve celebrar esta data, da forma como o CDS-PP o pretende fazer. -----

Salientou que, sobre estas propostas do CDS-PP, citava a sua camarada Joana Mortágua: “Comemorar o 25 de novembro é um solene disparate. Em novembro é de abril que nos lembramos.” -----

Concluindo a sua intervenção disse, relativamente à proposta da CDU, que o BE acompanha e honra a memória de Celeste Caeiro. -----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----



João Cunha

“As comemorações do 25 de Novembro que a direita mais reacionária decidiu impor no calendário político é essencialmente um ato revanchista contra a Revolução de 25 de Abril, de desvalorização e afrontamento aos seus valores e conquistas. Uma opção movida por um recalcado e antidemocrático inconformismo com a Revolução de Abril, um tardio assomo de ajuste contas da direita com esse ato maior da história do nosso País. Uma operação em si mesmo condenável, mas ainda mais quando imposto no ano em que se comemora o quinquagésimo aniversário da revolução de Abril que só explicável pela crescente presença de concepções reacionárias na sociedade portuguesa e por uma cada vez mais clara afirmação de forças, organizações e partidos movidos por um ideário, mais ou menos declarado, retrógrado, antidemocrático e fascizante.-----

Reescrevendo a história, o que alguns ambicionam com estas comemorações é apresentar esta data não pelo que foi mas pelo que desejariam que tivesse sido de regresso ao passado de meio século de ditadura fascista. Reescrevendo a história o que alguns procuram fazer é tentar equivaler um golpe contrarrevolucionário, apesar de sustido no que de mais sombrio continha no propósito de alguns, com uma revolução libertadora que devolveu a democracia e a liberdade ao povo português e que abriu caminho a um futuro de progresso, desenvolvimento e emancipação social que décadas de política de direita tem cerceado.-----

Procurando assinalar com indisfarçável saudosismo um revés reacionário não consumado, o que os promotores desta iniciativa visam é reintroduzir os fatores de divisão na sociedade portuguesa que marcaram o 25 de Novembro em detrimento daquilo que une o povo português sobre o que representa Abril, as suas conquistas e valores. -----

É Abril e os seus valores que os democratas e os patriotas, os trabalhadores e o povo em geral devem afirmar e exigir que se cumpra na sua dimensão de transformação, igualdade e justiça. É Abril com o acervo imenso de conquistas e direitos alcançados – políticos, sociais económicos e culturais



- que vive e está presente enquanto referência de futuro como a imensa comemoração dos 50 anos da revolução de Abril comprovou. É Abril que deve ser comemorado enquanto o momento mais marcante da nossa história e não o que contra ele se arquitetou de conspirações, golpes e práticas que o negam e pretendem desvalorizar.”-----

Concluindo, o membro Carlos Cunha solicitou que esta intervenção fosse considerada como declaração de voto, no referente aos documentos apresentados pelo CDS-PP sobre o 25 de Novembro. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que as acusações de revisionismo histórico, feitas 49 a 50 anos depois dos factos, lhe parecem de uma democracia adolescente quando esta devia, face à idade que tem, ser tratada com maturidade.-----

Recordou que quando a Comissão Permanente desta Assembleia reuniu com a Câmara, na apresentação do programa previsto para as comemorações do 25 de Abril, lembra-se de ter dito, e o vereador Gil Ferreira é testemunha, que seria importante incluir, no ciclo de reflexão sobre esse passado histórico recente, o tema do 25 de Novembro, não em oposição, mas em continuidade. Considerou positivo que a Câmara o tenha feito, comentando que é importante que se mantenha a discussão do tema para que, quem nasceu depois dos factos ou não os viveu tão de perto, não assista ao debate como se de um jogo de futebol se tratasse, em que se discute quem marca mais golos.-----

Salientou que os factos ocorreram, que há dados históricos e muito trabalho de investigação, e que o que aconteceu foi uma mudança profunda de regime, o 25 de Abril, e, nesse processo, depois de alguns atropelos, foi consolidada uma visão liberal da política portuguesa, da Constituição e, depois, uma integração europeia. Referiu que, hoje, tem de se agradecer a quem lutou por isso, não atirando lama a cada um dos lados dessa história coletiva, registando que cada geração vai interpretar a história de forma



João Cunha
[Signature]

diferente. -----

Realçou que se deve ter maturidade, e não entrar no debate futebolístico, promovendo-se o papel fundamental da literacia democrática e da pedagogia sobre a cidadania, mantendo a seriedade no debate e trazendo uma perspetiva histórica rigorosa, e não a tentativa, de cada um dos lados, de interpretar a história à sua maneira. -----

Concluindo, disse que gostava muito que esta Assembleia, enquanto instituição, continuasse a contribuir para a reflexão, trazendo convidados e historiadores, porque é com essa diversidade de pensamento que se constrói a democracia. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que começou por dizer que não ia entrar na discussão, feita com alguma amnésia ou alguma tendência em querer fazer uma defesa encapotada de um regime diferente daquele que, felizmente, hoje se vive, lamentando que, quase 50 anos depois, ainda se discutam estas matérias, quando tantas outras, mais importantes, podiam estar a ser discutidas nesta Assembleia Municipal. -----

Relativamente à recomendação do CDS-PP sobre a celebração dos 50 anos do 25 de Novembro, referiu que o grupo municipal do PSD vota, favoravelmente, caso esteja em causa uma celebração pontual e solene. Reiterou que o PSD já disse, nesta Assembleia, que essa data deve ser distinguida da data fundadora da democracia, que para o PSD é o 25 de Abril, sendo o 25 de Novembro uma data importante porque fechou um ciclo, reafirmou a democracia, traçando as distinções e os limites entre um verdadeiro sistema democrático, e o contrário que outros defendiam. -----

Relativamente ao voto de saudação ao 25 de Novembro de 1975, também do CDS-PP, disse que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente pela mesma razão. -----

Sobre o voto de pesar pelo falecimento de Celeste Caeiro, disse que a mesma não é só uma personalidade do Partido Comunista, mas de Portugal e dos

ma cunha
Q



portugueses, comentando que inclusivamente, na celebração dos 50 anos do 25 de Abril ocorrida no Município, a Celeste Caeiro foi homenageada no espetáculo “Anónimos de Abril”. Reforçou que o grupo municipal do PSD vota favoravelmente o voto de pesar porque considera que tal reconhecimento é merecido, pelo simbolismo que Celeste Caeiro representa na Revolução dos Cravos. -----

Quanto à recomendação do Bloco de Esquerda intitulada “Santa Maria da Feira com ar limpo”, disse parecer-lhe que a mesma foi copy/paste de outra, porque não se adequa à realidade do concelho de Santa Maria da Feira. Sendo a opinião do grupo municipal do PSD, votam contra. -----

Em relação ao voto de saudação sobre o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, disse que ainda é uma triste realidade, pelo que o grupo municipal do PSD se solidariza e vota a favor, comentando que o PSD estará sempre ao lado das mulheres e será sempre pela erradicação total de qualquer tipo de violência sobre as mulheres. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– *Voto de Saudação (BE): “25 de Novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres”*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND – Miguel Branco), aprovar o voto de saudação em referência. -----

– *Recomendação (BE): “Santa Maria da Feira com ar limpo”*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:15, BE, IL, CDU), 29 votos contra (PSD:28, IND – Miguel Branco) e 1 abstenção (CDS-PP), rejeitar a recomendação em referência. -----

– *Recomendação (CDS-PP): “Celebração do 25 de Novembro e dos seus 50*



Carlos Cunha
[Signature]

Anos” -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD:28, CDS-PP, IL, IND – Miguel Branco), 2 votos contra (BE, CDU) e 15 abstenções (PS), aprovar a recomendação em referência. -----

O membro **Carlos Cunha** (CDU) solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto. -----

– *Voto de Saudação (CDS-PP): “Ao 25 de Novembro de 1975”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor (PSD:28, CDS-PP, IL, IND – Miguel Branco), 2 votos contra (BE, CDU) e 15 abstenções (PS), aprovar o voto de saudação em referência. -----

O membro **Carlos Cunha** (CDU) solicitou que a sua intervenção fosse considerada como declaração de voto. -----

– *Voto de Pesar (CDU): “Pelo falecimento de Celeste Caeiro”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND – Miguel Branco), aprovar o voto de pesar em referência. De seguida, por proposta da Mesa, foi guardado um minuto de silêncio em homenagem a Celeste Caeiro. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Carlos Cunha. -----

Entraram os membros Job Silva, Eva Costa, Manuel Melo e André Rocha. ----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que começou por chamar a atenção para os recentes acontecimentos em cidades de Espanha que provocaram uma catástrofe humanitária, com enormes perdas humanitárias



Handwritten initials: M, the Council, and a signature.

e económicas, acrescentando que tal se deveu às chuvas abundantes que caíram ininterruptamente naquela região e cujo planeamento do território se tem caracterizado pelas más práticas em relação às linhas de água em zonas de inundação, ou seja, nos leitos de cheia. Disse que a CDU lamenta e é solidária com a população atingida. -----

Referiu que, conhecendo as más práticas do ordenamento do território de Santa Maria da Feira, questiona o que lhe poderá acontecer numa situação similar, face às duas enormes edificações construídos recentemente sobre uma área de inundação da Ribeira do Cáster, a Escola Básica Fernando Pessoa e o Lar da Misericórdia Feirense. Questionou se a Câmara prevê alguma medida para prevenir o assoreamento e alagamento daquela área, dada a contínua impermeabilização dos solos, e, já agora, se prevê alguma intervenção na ponte sobre o rio Cáster, em Travanca, tendo em conta a sua atual quota, submersível, mesmo quando a pluviosidade é baixa. -----

Disse que outra questão que causa preocupação é o novo projeto do Centro Escolar, a edificar no espaço que ocupava a antiga escola Fernando Pessoa, salientando que, ao que parece, está prevista uma edificação de 16 salas para o funcionamento do 1.º ciclo e mais 4 para o pré-escolar, quando, neste momento, são 5 salas. Salientou que o número de salas é insuficiente e obrigará à manutenção da atual Escola Básica n.º 2, sita no centro da cidade, mantendo os atuais constrangimentos no trânsito, quando existe espaço para construir mais salas no novo Centro Escolar. -----

Referiu, a propósito, que gostaria de saber qual a razão do desaparecimento, no projeto, da construção de novas instalações da PSP, para ali previstas há mais de uma década. Salientou que tal é uma necessidade, quer para aproximar a PSP do centro urbano quer para a retirar do espaço arrendado, questionando se essa remoção significa que vais haver um novo projeto para o quartel da PSP. -----

Questionou, por se estar a discutir as construções na praça Fernando Pessoa, se esta previsto algum projeto de reabilitação da praça, por se



João Cunha

encontrar tão degradada. -----
Referiu que uma outra questão foi apresentada à CDU por um munícipe, e prende-se com a pavimentação, ou melhor, a falta dela, em Sanfins. Fez notar que comprovou essa situação in loco, na Rua da Carvalhosa, em Sanfins, comentando que, após intervenção da Indaqua, aquela rua é uma manta de retalhos. Reforçou que a mesma necessita de intervenção urgente até porque já ocorreram prejuízos e danos nas viaturas, acrescentando que, sabendo que o munícipe foi informado pela Câmara de que a zona seria intervencionada, mas sem clarificar o tipo de intervenção e a data prevista, solicita esse esclarecimento. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) que aludindo ao noticiado pela comunicação social sobre o túnel da Cruz questionou o Sr. Presidente da Câmara se o acordo total está preso por detalhes, quais detalhes e quando serão resolvidos. Referiu que a autarquia anunciou que o concurso público terá um valor base de 580 mil euros, perguntando quanto deste valor será apoiado pelo Governo. -----

Disse também ter sabido pela comunicação social que o troço inicial do TGV, entre o Porto e Oiã, terá um custo estimado de 1,65 mil milhões de euros e que o estudo de impacto ambiental prevê a demolição de mais de 100 habitações. Salientou que, apesar dos avanços no projeto, como o financiamento europeu e a reformulação da estação de Campanhã, há questões que continuam a preocupar os feirenses. Questionou, assim, qual das 3 alternativas de traçados previstos, será o escolhido para Santa Maria da Feira, e quando será feita esta comunicação à população. Fez notar que, desde que as empresas realizaram levantamentos nos terrenos e os helicópteros sobrevoaram as casas, as pessoas vivem sobressaltadas, sem saber se as suas casas serão demolidas, pelo que pergunta que passos serão tomados pela autarquia para informar e tranquilizar os afetados. -----
Realçou que o anterior Presidente da Câmara, Emídio Sousa, referiu que as



propostas do traçado poderiam impactar positivamente os investimentos significativos no Lusopark, questionando como é que a autarquia está a intervir junto do Governo para defender os interesses do Concelho. -----

Disse também que Santa Maria da Feira propôs transformar o Posto de Ultrapassagem e Estacionamento de Comboios (PUEC), na zona do Europarque, numa estação ferroviária que servirá outras categorias de comboio, como o Alfa Pendular e o Intercidades, ponto este ainda não decidido e não incluído no projeto inicial, adjudicado do troço Porto – Oiã. Perguntou em que estado é que está a proposta junto do Governo, e se existe alguma garantia de que o PUEC será transformado numa estação. Questionou, ainda, caso a proposta seja rejeitada no decorrer do projeto atual, que alternativas estão a ser consideradas para garantir uma melhor ligação ferroviária ao Concelho. Perguntou, também, tendo em conta o impacto positivo que esta estação traria para o Europarque e para o Concelho, que esforços adicionais estão a ser realizados para garantir esta infraestrutura. -----

A sua outra questão prende-se com um conflito entre vizinhos, residentes na habitação social na Rua Doutor Luís de Campos, em Picalhos, relacionado com telheiros, já abordado nesta Assembleia. Questionou qual o ponto de situação, dando nota que houve um parecer camarário que determinou a remoção de 21 telheiros, construídos há mais de 30 anos. ---- Aludiu ainda ao problema na Rua Comendador Sá Couto, entre os números de polícia 51 e 55, que afeta a mobilidade e a segurança dos moradores e pedestres, porquanto, os passeios contíguos à rampa de acesso entre estes dois prédios apresentam um degrau com cerca de 20 centímetros, e que tal desnível representa uma barreira arquitetónica significativa, tornando difícil ou impossível, o acesso para pessoas com mobilidade reduzida ou mesmo em cadeira de rodas. -----

Salientou que é recorrente o estacionamento de viaturas em ambos os lados da rampa, o que causa constrangimentos para quem entra ou sai dos



Handwritten signature
Handwritten signature

prédios, bem como para os pedestres que circulam na área, acrescentando que os moradores já apresentaram várias queixas devido à dificuldade na utilização da rampa. -----

Referiu que a proposta que faz é a instalação de duas rampas de acesso, uma de cada lado do passeio, para facilitar a circulação de pessoas com problemas de mobilidade, bem como a implementação de uma passadeira na área para garantir a maior segurança aos pedestres, e a colocação de um sinal de proibição de estacionamento na zona da rampa, acompanhado de fiscalização adequada para prevenir bloqueios indevidos.-----

Usou da palavra o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer, ainda no âmbito da ideia da cidadania e da democracia, que houve um candidato a Presidente da República na Roménia, que chegou às eleições presidenciais com as sondagens abaixo de 1%, só aparecia no grupo Outros, que ninguém sabia quem eram, onde estavam uns 15 ou 16 candidatos. Disse que, no entanto, esse candidato ganhou as eleições com uma diferença muito grande em relação ao segundo candidato, tendo obtido 2,5 milhões de votos, percebendo-se que 1,1 milhões desses votos são de jovens abaixo dos 21 anos, que conheciam o candidato da aplicação Tik Tok. Referiu não ser uma brincadeira, pois está a acontecer num País da União Europeia e em outros países pelo mundo, comentando que será relativamente fácil de antecipar o que vai acontecer caso nada seja feito, ou seja, que se vai deixar de ter a democracia tal como existe hoje, em que os eleitos representam os cidadãos e tentam fazer o melhor, devolvendo essa confiança em trabalho. -
Enfaticou que não ser pelo Tik Tok que se vão resolver os problemas dos concelhos e dos países, mas que é por aí que se estão a ganhar as eleições, comentando que, na Roménia, houve uma reunião de emergência com vista à investigação da situação e para suspender a aplicação conhecida por Tik Tok, enquanto não se souber mais sobre o assunto.-----

Referiu que, neste contexto, é importante que a Câmara desenvolva projetos

M
the Council
P



de literacia para a cidadania, como o projeto Jovem Autarca, comentando que recebeu o convite para a tomada de posse do Jovem Autarca e considera que esse jovem deve conhecer os pontos de vista dos partidos diferentes que estão representados na Assembleia Municipal. Disse estar nesta Assembleia há cerca de 3 anos e nunca conversou com nenhum dos candidatos a Jovem Autarca, nem com o eleito, pedindo para que os serviços municipais que acompanham o projeto possibilitem a esses jovens o conhecer a diversidade do pensamento político, os pontos de vista dos autarcas eleitos pelos diferentes partidos, porque a vida autárquica e pública não se resume à Câmara Municipal, pois a Assembleia Municipal é o lugar da democracia e nela se escrutina a vida democrática. Fez notar que não colocou esta matéria como moção porque entendeu mais apropriado fazê-lo como recomendação verbal. -----

Aludiu, ainda, mais uma vez mais, à questão dos requerimentos, dando nota que a IL apresentou um conjunto de requerimentos para serem respondidos pela Câmara, dois em novembro de 2023, um sobre o licenciamento de obras particulares e o outro sobre contratos de eficiência energética, e mais dois em junho de 2024, um sobre a adaptação às alterações climáticas no Plano Municipal e outro sobre a distribuição de investimentos nas freguesias, os quais, até ao momento, não obtiveram resposta. -----

Salientou que há um artigo no Regimento que diz que os membros da Assembleia Municipal têm o direito de apresentar propostas, moções e requerimentos, os quais deverão obter resposta no prazo máximo de 30 dias, ressaltando que cumprir Abril e cumprir Novembro é também cumprir as regras de funcionamento das instituições democráticas. Argumentou que a Câmara, que tem 115 milhões de euros de orçamento, deverá ter alguém que possa responder àquilo que os autarcas eleitos deste Concelho requerem, em nome das pessoas que representam. -----

Concluindo, disse já não aceitar a resposta de que se vai tentar encontrar solução, pois pensa que o que é preciso é que não haja mais atraso, ou mais



Handwritten signature and initials

gozo, mas sim que se responda ao que é pedido. -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que começou por dizer que na intervenção feita na EN 109.4, no talude junto às barreiras, não foi construído passeio, questionando se aquele serviço foi feito pelo Município ou pela Infraestruturas de Portugal. Disse ser caricato que, até ao limite de Fornos, aquela rua tem passeio e, na zona intervencionada, em que até foram colocados rails, não existe passeio e as pessoas têm de caminhar por onde corre a água, sem condições de segurança. -----

Referiu que outra questão está relacionada com a intervenção feita junto à Capela de Campos, que deixou aquele lugar bonito e agradável, mas lamenta que a passadeira que foi ali implementada não cumpra com a norma da mobilidade para pessoas com deficiência visual. -----

Concluindo, questionou se vai demorar muito a colocação dos mupis com a informação dos horários dos autocarros.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse querer fazer uma nota prévia ainda a respeito do 25 de Novembro, salientando que o debate pode ter confundido o deputado Carlos Martins, da IL, que referiu que nunca falou com o Jovem Autarca. Deu nota que ele próprio já fez parte do projeto e, no seu mandato, houve a oportunidade de reunir com todos os partidos políticos, comentando que foi precisamente o projeto Jovem Autarca que lhe fez acreditar que discorda do PSD. -----

Disse, de seguida, lamentar o encerramento do jornal Correio da Feira, o qual dava cobertura aos trabalhos desta Assembleia Municipal, desde a fundação da mesma. Salientou que foram 127 anos de notícias sobre o território que, agora, acabam com o artigo do seu diretor que começa com a seguinte citação: “Quando se descobriu que a informação era um negócio, a verdade deixou de ser importante”. Referiu que a comunicação social regional atravessa talvez o seu pior momento pós 25 de Abril, e urge que os



decisores políticos encontrem soluções antes que seja tarde demais.-----
Quanto às questões a colocar à Câmara, disse que a Deco Proteste lançou, no decorrer desta semana, uma plataforma que serve para comparar o preço da água nos concelhos do País, convidando todos os deputados municipais e vereadores a consultá-la. Disse que, à primeira vista, é possível evidenciar, através dos gráficos presentes, que houve um aumento de 32 euros, só nos últimos dois anos, no que diz respeito à evolução das tarifas em Santa Maria da Feira. Referiu que se deve ainda fazer o exercício de comparar as políticas sociais que existem nos territórios vizinhos, e comparando, por exemplo, com o concelho de São João da Madeira, só vê uma coisa em comum, que é o tarifário de famílias numerosas. Fez notar que, porém, na lista de São João da Madeira, consta ainda uma política fiscal que está certo que o Sr. Presidente da Câmara, e todos os senhores deputados desta Assembleia estão elucidados, que é a Tarifa Social da Água, à qual o município acrescenta ainda um desconto de 50% em Cartão Sénior, 30% para jovens e uma baixa de preço para os bombeiros. Realçou que o resultado é uma diferença de 107 euros na fatura, sem IVA, referente ao somatório das tarifas de serviços para 120 metros cúbicos anuais.-----
Deu ainda nota que Aveiro, Castelo de Paiva, Ovar e Sever do Vouga têm uma coisa em comum, que é serem concelhos de presidência PSD e terem a Tarifa Social da Água, acrescentando que é tempo do Sr. Presidente da Câmara se deixar de amarras ideológicas e reduzir a fatura da água dos feirenses, frisando que representa os interesses das gentes desta terra e não os interesses da Indaqua. -----
Concluindo, disse ter mais duas perguntas a colocar, questionando se a Câmara tem algum tipo de contacto com a ONG Teach for Portugal e se financiou o almoço, no Orfeão da Feira, aos militares da GNR, no dia das suas comemorações. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer



Handwritten signature
ma Cunha
Handwritten signature

que, na última sessão desta Assembleia, e em resposta a uma questão colocada pela deputada municipal, Alexandra Sousa, relativamente ao ponto n.º 3 da ordem do dia, o Sr. Presidente da Câmara respondeu, e está em ata, que o Executivo iria, posteriormente, prestar as respostas por escrito. Disse que, até ao momento, não foi obtida resposta, e aproveita para acrescentar a falta de resposta aos requerimentos que o Partido Socialista tem enviado. Deu nota que, no dia de hoje, foram rececionadas respostas a dois requerimentos datados de janeiro de 2024, mas que, ainda assim, existem requerimentos por responder, comentando que quase um ano sem respostas é demasiado tempo para o trabalho que se pretende desenvolver.-----

Salientou que o segundo ponto tem a ver com a pista de atletismo no Concelho, e, sobre este tema, cita uma notícia de 2020 que dizia que a nova pista de atletismo, segundo o Sr. Presidente da Câmara da altura, deveria custar 2 milhões de euros, com base num concurso público previsto para o primeiro trimestre de 2021. Questionou qual o ponto de situação, atendendo a já se estar em 2024. -----

Realçou que outra questão tem a ver com uma intervenção feita, numa anterior sessão desta Assembleia, pelo munícipe Herlander Correia a propósito de uma rampa de acesso à habitação, perguntando qual o ponto da situação em relação ao compromisso assumido com vista à resolução da situação apresentada. -----

De seguida, disse ser público que a reabertura do Mercado Municipal será no próximo mês de dezembro, assim como é público que a abertura de candidaturas em hasta pública, para ocupar os espaços, foi um flop. Comentou que, dito pelos próprios comerciantes que estavam no Mercado, eles não foram bem tratados neste processo, que foram desconsiderados, pelo que gostava de perceber como está a situação, perguntando se se vai andar à procura de pessoas para ocupar as lojas e os espaços do Mercado Municipal, ou até chamar associações de pais para o efeito. -----



Interveio o membro **Lécio Dias** (PS) que disse que, na sessão desta Assembleia do passado dia 30 de abril, o grupo municipal do PS tomou a iniciativa de apresentar uma proposta que visava o enriquecimento da formação cultural e artística dos jovens. Referiu que, como consta da ata, o Sr. Presidente da Câmara disse, e citando: “concluindo, a respeito da intervenção feita pelo membro Lécio Dias, do PS, pediu ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo para analisar a questão, para, depois, se poder dar uma resposta ou mesmo se concretizar aquilo que foi sugerido.”-----

Salientou que, perante isto, questiona se houve a possibilidade e a disponibilidade por parte do Sr. Vereador para, efetivamente, refletir sobre este projeto, uma vez que até agora o mesmo nada disse. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos, começando pelas questões reportadas pelo membro Carlos Cunha. -----

Sobre a questão das linhas de água disse que, naturalmente, os acontecimentos em Espanha preocupam todos, salientando que o território de Santa Maria da Feira tem um sistema hidrológico bastante especial e a Câmara tem dado resposta aos problemas de cheias, recorrentes em alguns pontos. Informou que, no inverno do ano passado, a Câmara resolveu mais de 18 situações que se arrastavam no tempo, acrescentando que está a ser feita uma grande intervenção em Santa Maria de Lamas, para resolver uma situação histórica, na rotunda do Broquista e em direção a Moure, a qual tem resistido à intempérie. Deu nota que, no último domingo, ocorreu uma tromba de água que causou inundações severas em Lourosa, salientando, a propósito, que foi iniciada uma empreitada que envolve a Rua João Paulo II e a Avenida de Lourosa, visando resolver aquele que é um ponto crítico daquela cidade. -----

Sobre as preocupações tidas com o Lar da Misericórdia e com a Escola EB 2,3 disse que, sem prejuízo dos serviços camarários da Proteção Civil e das



Handwritten signature
hoGurka
Handwritten signature

instituições, terem sempre os seus planos de emergência, a informação que tem é que ambos estão fora das Zonas Ameaçadas por Cheias (ZAC) e da Reserva Ecológica Nacional, acrescentando que não pode afirmar que não aconteçam problemas, a esse nível, nesses edifícios, mas a indicação é que estão fora das zonas ameaçadas por cheias.-----

Em relação à ponte sobre o Rio Cáster, em Travanca, agradeceu a nota, mas esclareceu que os serviços camarários já se deslocaram ao local, mais do que uma vez, mas ordenará nova inspeção ao local, comentando que, muitas vezes, é uma questão da limpeza dos detritos arrastados pelo rio. -----

Sobre o novo Centro Escolar para Santa Maria da Feira, disse que essa questão foi sempre clara e, recorrentemente, explicada, junto dos órgãos municipais. Salientou que o número de salas é de 16 para o 1.º ciclo e de 4 para o pré-escolar, número este homologado pelo Ministério da Educação, que não autoriza, por questões pedagógicas, a construção de escolas, do 1.º ciclo e pré-escola, de maior dimensão. Reafirmou que nunca foi intenção da Câmara construir um polo escolar que agregasse todas as crianças da cidade, continuando em funcionamento as escolas, n.º 2, Cavaco e Milheirós-Feira. Informou que a escola n.º 1 será desativada e que a n.º 2 verá reduzido o número de alunos e nela, serão feitas, em breve, obras de manutenção conforme solicitado pelos pais, ficando para mais tarde a obra de requalificação profunda. -----

Sobre a praça Fernando Pessoa referiu que o projeto prevê que o muro do novo centro escolar alinhe pelo muro da escola secundária, aumentando a fluidez do trânsito, as zonas de 'Stop and Go', de estacionamento e aparcamento, ressaltando que, obviamente, a Câmara vai requalificar aquela praça. -----

Em relação ao tema da PSP disse que, há muito tempo, foi levantada a possibilidade de construir o centro escolar e a esquadra da PSP naquele espaço da antiga EB 2,3, mas que, se bem se recordam, essa hipótese foi abandonada. -----



Referiu que está a ser discutida, com a tutela, a reconfiguração das forças de segurança no Concelho, lembrando que essa é das poucas matérias em que a Câmara não tem nenhuma delegação de competências, sendo competência exclusiva do Governo. Enfatizou que está disponível para colaborar, sendo que o objetivo é, de facto, aproximar a PSP do centro da cidade e levar a GNR da Feira para zonas onde ela, de facto, tem competência. -----

Quanto à pavimentação da Rua da Carvalhosa, confirmou que já houve um munícipe a questionar a situação, explicando que a 10.^a fase de pavimentações está no seu término, mas essa rua vai ser inserida na 11.^a fase, a qual já está, na fase do projeto, para posterior abertura do concurso, que permitirá avançar para a obra. Comentou que é possível executar, de momento, alguma obra de melhoria, mas a sua repavimentação integral está prevista para a 11.^a fase. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Miguel Branco, e mais em concreto, sobre o alegado pelo Ministro das Infraestruturas sobre o túnel da Cruz, informou que os detalhes que o mesmo mencionou não têm a ver com o estado atual do processo, pois essa parte está acordada, ou seja, a Câmara vai assumir, na íntegra, o valor de 580 mil euros. Frisou ainda que aquilo a que o Ministro disse foi aquilo que ele próprio sempre transmitiu a esta Assembleia, ou seja, que depois de elaborado o projeto, falta o financiamento da obra e, tem pressionado o Governo porque, depois de elaborado o estudo preliminar, é preciso aguardar pelo estudo prévio, só com este se apurará o valor mais próximo do custo global da obra. Disse que, nessa fase, protocolar-se-á com o Governo quem financia a obra e em que percentagens o faz, tendo já informado qual é a disponibilidade da Câmara a esse respeito. Sobre a Linha de Alta Velocidade (LAV) disse não ser segredo para ninguém que esse é um dos temas que tem levado ao Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz, já não com a preocupação do traçado, porque esse já foi discutido nesta Assembleia, e ficou conhecido como Variante Monte Mourão,



Incunbe
P

opção feita pelo menor número de habitações afetadas. Sublinhou que a preocupação transmitida foi no sentido de os técnicos municipais acompanharem os técnicos do projeto, para se conhecer, em pormenor, o que vai ser afetado, quer para a ajudar as pessoas quer para planear o território pois está em causa uma zona de expansão industrial.-----

Quanto à questão da transformação do Posto de Ultrapassagem e Estacionamento de Comboios (PUEC) numa estação ferroviária, informou que isso não está no concurso, que foi uma ideia que a Câmara lançou que, do ponto de vista técnico, faz sentido, pelo que a Câmara vai continuar a pressionar para que seja acolhida. Deu nota que os valores médios para que tal aconteça, por referências europeias, são reduzidos, pelo que é mais importante a decisão política do que a questão financeira, acrescentando que o PUEC se localiza na zona de Travanca, já na fronteira com o município de Ovar. -----

Em relação à situação de Picalhos referiu que se reporta a matéria e processos urbanísticos, pelo que pede à Vereadora Ana Ozório para, depois, informar por escrito qual o ponto da situação. -----

Sobre a situação mencionada na Rua Comendador Sá Couto, afirmou que a mesma está identificada e que vai ser corrigida por via de uma intervenção, em toda a sua extensão, e será a primeira rua, em Santa Maria da Feira realizada no âmbito do programa “Acessibilidades 360”, ou seja, com um percurso completamente isento de qualquer tipo de obstáculo, seja um caixote do lixo, uma papeleira ou um sinal de trânsito, mal colocados. -----

Em relação à questão dos helicópteros, referiu que ao que soube essa situação nada tem a ver com a Linha de Alta Velocidade, mas sim com treinos militares, da base aérea de Maceda, em que os helicópteros sobrevoaram alguns terrenos de expansão do Lusopark, ao que o membro **Miguel Branco** retorquiu dizendo disse que há helicópteros militares e helicópteros civis a sobrevoar a zona, tendo o **Sr. Presidente da Câmara** respondido que o questionaram apenas sobre os militares. -----

M
ho Cunha
P



Relativamente às preocupações manifestadas pelo membro Carlos Martins, disse partilhar das mesmas, comentando, em relação à proposta feita sobre o Jovem Autarca, que a considera uma boa proposta. Disse que o projeto Jovem Autarca vai fazer 10 anos, comentando que, por vezes, ao fim deste tempo, os projetos vão esmorecendo, mas que, felizmente, ao fim de 10 anos, houve o maior número de candidatos de sempre. Referiu que faz sentido apresentar as várias realidades partidárias, pelo que isso pode ser trabalhado com os jovens e com quem é responsável pelo projeto. -----

De seguida, respondeu às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, sobre os postaletes e os horários dos autocarros, explicando que o Município continua a ter alguns problemas com a empresa, mas espera que a mesma, a breve prazo, resolva a situação. Relembrou que a empresa metropolitana que vai gerir a rede UNIR ainda não iniciou a atividade, prevendo-se que isso aconteça em janeiro, comentando que, a partir daí, os municípios e os utentes terão um rosto e um corpo técnico para reportar e resolver os problemas. Salientou que não é só o município de Santa Maria da Feira que é afetado, que todos os outros da Área Metropolitana também o são, acrescentando que os municípios têm estado a resolver as situações alvo de queixa, quando não lhes compete porque concessionaram o serviço. -----

Sobre a obra junto à Capela de Campos informou que a zona ainda vai sofrer algumas correções, nomeadamente, do ponto de vista paisagístico. Deu nota que os moradores têm solicitado que aquela zona passe a ser uma praça, deixando de ser um ponto de passagem, onde só poderão aceder os moradores, os veículos de emergência, de recolha do lixo e outros deste tipo, o que considera positivo por ser sinal de que o espaço ficou agradável, não lhe parecendo difícil que essa pretensão se concretize. -----

Sobre a intervenção recente ocorrida na EN 109.4, em Fornos, informou que a mesma foi feita pela Infraestruturas de Portugal, e que a política desta é não construir passeios, do que discorda, comentando que o que a Infraestruturas de Portugal faz é permitir às autarquias locais que



M
maCouto
[Signature]

construam passeios, exigindo um caderno de encargos tremendo e complexo. Informou que, na parte superior da rua, onde existe passeio, a intervenção foi da Câmara, cumprindo as exigências feitas pela Infraestruturas de Portugal, estando a Câmara a pedir outra alteração que vai melhorar a situação do entroncamento no Farinheiro. -----

Quanto à intervenção feita pelo membro Eduardo Couto sobre o preço da água, declarou que, em primeiro lugar, defende os interesses dos munícipes de Santa Maria da Feira e, portanto, quando o Município, concedente, tem uma relação com uma concessionária, não descarta nenhuma das suas possibilidades legais.-----

No que concerne aos municípios vizinhos, e sabendo as preocupações ambientais que tem o membro Eduardo Couto, disse que era preciso verificar como é que são tratados os esgotos, por exemplo, em São João da Madeira, bem como comparar a taxa de cobertura de saneamento desses municípios com a taxa de cobertura de Santa Maria da Feira, porquanto, traduzem questões ambientais essenciais. -----

Sobre o almoço dos militares da GNR, no Orfeão, confirmou que foi pago pela Câmara Municipal.-----

No que respeita à eventual relação com a Teach for Portugal disse que, pelo que lhe foi transmitido pelo Sr. Vereador Gil Ferreira, a Câmara não tem nenhuma relação com tal entidade, mas que tem, em áreas similares, com a Associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social. -----

Em relação às palavras proferidas pela deputada municipal Susana Correia por referência às questões colocadas pela Alexandra Sousa, na última sessão ordinária, disse que o Vereador Gil Ferreira prestaria tais esclarecimentos.-

Aludindo à pista de atletismo de Sanfins explicitou que o projeto está concluído, mas pendente do parecer da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sendo esta a razão da demora, garantindo que se a APA emitir parecer favorável ou algo análogo, se procederá á abertura do procedimento concursal, acrescentando, a talhe de foice, que há partidos que a tal se

M
Ana Carolina
P



opõem.-----
Relativamente à questão do munícipe Herlander Correia disse que, nos dias subsequentes à intervenção do mesmo nesta Assembleia, os serviços técnicos em visita ao local encontraram uma solução, que confirmará se foi implementada, pois para o cidadão o que conta é a urgência na execução da solução, e não o facto de se ter encontrado a solução do ponto de vista do desenho arquitetónico e de engenharia.-----

Sobre o Mercado Municipal comentou que começa a perpassar uma ideia que, depois, alguém vai ter de a desconstruir, tal como já aconteceu com muitas outras estruturas, nomeadamente, com o Europarque.-----

Recordou, assim, que o ponto a assinalar é que o Mercado é um imóvel classificado, é uma joia da arquitetura que foi recuperada, sugerindo que se pergunte aos melhores arquitetos nacionais qual a opinião que têm sobre a mesma e que, cada um, pondere se é mais valioso ter tal obra de arquitetura ou ter um mercado igual a tantos outros, evitando criar uma imagem que, depois, vai complicar a gestão do próprio Mercado. Informou que os espaços abertos a concurso foram todos adjudicados, com a exceção de dois, e que as lojas da parte da frente do Mercado ainda não foram a concurso. Salientou, quanto aos espaços de terreiro, que as pessoas compram o espaço ao dia, dizendo ser assim que funcionam os mercados.-----

De seguida, passou a palavra ao Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, Gil Ferreira, para este responder às questões feitas pelo membro Lécio Dias, assim como às questões que haviam sido colocadas pela deputada municipal Alexandra Sousa na última sessão ordinária desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o **Vereador Gil Ferreira** que, aludindo às questões colocadas pela deputada Alexandra Sousa na sessão desta Assembleia de 31 de outubro passado, mais precisamente, sobre quais as atividades de enriquecimento curricular (AEC) em funcionamento nas escolas e se todas elas têm as



Handwritten signature
João Cunha
[Signature]

mesmas opções, explicou que as escolas não têm todas as mesmas opções porque as atividades de enriquecimento curricular definem-se em articulação com o Município, mas sob proposta e aprovação dos conselhos pedagógicos, enquadradas nos objetivos do projeto educativo de cada agrupamento, sendo ao todo 9 agrupamentos. Referiu que há uma autonomia, que a autarquia respeita, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.-----

Em relação à promoção por duas entidades, IPSS, a atuar no território educativo de Santa Maria da Feira, fez notar que as AEC dinamizadas pela Associação Tempos Brilhantes são o EduCart, que são atividades lúdico/expressivas, a atividade física e desportiva, os pequenos exploradores, que é uma atividade no campo das ciências experimentais, o Super números, que é uma atividade no campo da matemática, e a programação informática brilhante, na área das tecnologias. Informou que a Associação Semear Talentos tem oficinas de expressão plástica, oficinas de expressão musical, oficinas de expressão dramática, expressão físico-motora e rítmica, o Clube das Artes, Engenheiros e Cientistas, programação e robótica, TIC e inglês. Salientou que, como são entidades selecionadas pelos agrupamentos, estas ofertas estão disponíveis de acordo com a opção que os agrupamentos entenderam fazer no contexto das entidades promotoras das AEC. -----

De seguida, no que concerne à recente atividade da Natação Para Todos, que abrange os alunos do 4.º ano de escolaridade, num semestre do ano letivo, informou que a oferta está disponível para todos os alunos que estejam inscritos, de forma universal, à exceção, à data, do Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa, cuja proposta ainda não foi aprovada pelo conselho pedagógico deste agrupamento.-----

Deu nota que, no momento, são 381 alunos inscritos, acrescentando que a natação ocorre no período da manhã, sendo que os alunos que não participam, por decisão dos seus encarregados de educação, permanecem



na escola, onde são disponibilizadas alternativas. Realçou que a Natação Para Todos é uma iniciativa do Município em parceria direta com a empresa municipal, detida a 100% pelo Município, pelo que não existe qualquer envolvimento de qualquer uma das duas citadas IPSS. -----
Sobre os valores relativos à totalidade das AEC e do acerto para a natação, disse que os valores do protocolo são relativos à totalidade, do 1.º ao 4.º ano de escolaridade, sendo que os 15 euros referem-se à dedução, durante um semestre, ao valor máximo de comparticipação financeira anual por aluno, para a carga horária de 5 horas semanais, o que totaliza 150 euros anuais, estipulado e atribuído pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação. ----
Reforçou que as IPSS não foram selecionadas pela autarquia, foram selecionadas e indicadas pelas direções dos agrupamentos, num processo que assegurou que a escolha fosse alinhada com o modelo de gestão precedente, em função das necessidades e das preferências, assim como com a confiança que os agrupamentos detinham, e mantêm, nestas entidades. -
Quanto às aulas de programação e robótica, disse que continuam no âmbito da candidatura PRR do PACD, que estão a decorrer em 101 grupos de educação pré-escolar, em 212 turmas do 1.º ciclo do ensino básico, de oferta e caráter universal, mas não de caráter obrigatório, até porque 8 professores não aderiram a este projeto. -----
Prosseguindo, disse aproveitar o momento para responder às questões colocadas pelo membro Carlos Martins, na mesma sessão, sobre a mesma temática. Informou que a portaria que define que entidades podem constituir-se promotoras das atividades de enriquecimento curricular, é a Portaria n.º 644-A/2015, dela constando que são os agrupamentos de escola, as autarquias locais, as associações de pais e encarregados de educação, e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS). -----
Sobre a questão de saber se a empresa municipal poderia ser capaz de prestar este serviço ao sistema educativo, disse considerar que, no momento, a diversidade de áreas pedagógicas e de especialidades que as AEC obrigam



Handwritten signature
ma Cunha
Handwritten signature

iria obrigar a uma transformação total e radical, quer do objeto estatutário da empresa municipal, quer das suas unidades de intervenção, em virtude da multiplicidade de competências que, no momento, a lecionação das atividades de enriquecimento curricular obrigam. Salientou que, no entanto, esse caminho já está a ser desenvolvido, aproveitando as competências já instaladas, na área da atividade física e da promoção do bem-estar físico, que é a iniciação ao meio aquático, a natação. -----

Sobre a intervenção do membro Lécio Dias e sua proposta de criar um apoio destinado a financiar a frequência dos jovens até aos 18 anos de uma atividade artística à escolha, disse pensar, como tutela na área da cultura e da educação do Município, que tal não se justifica por constituir um duplo financiamento e até uma sobreposição àquilo que o Estado Português já permite, que é a frequência de atividades na área da música, da dança ou do teatro, na modalidade de ensino articulado, disponível em todas as escolas da rede pública e privada. -----

Referiu que, ainda assim, o Município anualmente, nas Grandes Opções do Plano que são presentes a esta Assembleia para aprovação, prevê e consigna 250.716 euros precisamente para apoiar, complementarmente, o usufruto destas atividades no tecido associativo cultural. Realçou que, no essencial, as propostas já estão vertidas nas Grandes Opções do Plano do Município ou, então, estão asseguradas pelo Estado Central. -----

No que diz respeito ao disponibilizar financiamento para projetos que não encontram uma solução viável à sua sobrevivência para além do apoio público, fez notar que, nas Grandes Opções do Plano, é disponibilizada uma verba de cerca de 800 mil euros, considerando todos os programas que o Município tem, quer no Programa de Apoio à Cultura, quer nos protocolos de parceria que tem em curso para apoiar estes projetos. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** disse querer complementar o esclarecimento que deu a respeito da situação do munícipe Herlander Correia, pois recebeu



informação adicional, dando nota que, tal como combinado, os serviços técnicos foram ao local e, ali, encontraram uma solução, que passa por alargar o passeio, permitindo fazer a rampa. Informou que o alargamento do passeio já foi feito, mas que ficou acertado ser da responsabilidade do munícipe fazer a rampa, não sabendo se a mesma já foi concretizada. Salientou que, se houver mais alguma dificuldade do munícipe, o Município estará disponível para ajudar, como da primeira vez, mas que o munícipe não entrou mais em contacto com o Município no âmbito do assunto.-----

O membro **Eduardo Couto** (BE) pediu a palavra, e, após agradecer os esclarecimentos dados, disse ser do conhecimento do BE que há interesse da mencionada ONG de entrar nas escolas feirenses, o que preocupa o BE, mas que, por se tratar de informação sensível, predispõe-se a partilhá-la, posteriormente, com a Câmara Municipal. -----

Sairam os membros Filipe Araújo, Armando Teixeira, António Perestrelo e Regina Silva.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 - Ata N.º 21 - Sessão Extraordinária de 31 de outubro de 2024-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, que lhes foi oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão, não participam na sua votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 34 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Cristina Tenreiro, Mário Jorge Brito, Susana Correia, Lia Ferreira, Célia Soares, Eduardo Couto, Pedro Martins, António



Handwritten signature
tracinho
Handwritten signature

Valdemar Ribeiro, Manuel Melo, António Pinto, Nuno Joel Rocha, Nuno Albergaria, José Carlos Martins e Vera Silva. -----

Entrou o membro Jorge Silva. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 19.102, em 20/11/2024, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao V Relatório de 2024, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que, relativamente aos investimentos em habitação, há uma redução de 96% do que foi investido no 1.º ano de mandato, em comparação com aquilo que foi investido atualmente, segundo o documento. Questionou se a Câmara faz isto devido ao fim de verbas do Fundo Europeu, ou se é opção política deixar de investir na habitação.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que não é por opção política, que tem a ver com as candidaturas aos Fundos Europeus, mas que haverá oportunidade de, no próximo ponto a tratar, relativo ao Orçamento, discutir essa matéria.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência.

Reentraram os membros Filipe Araújo, Armando Teixeira, António Perestrelo e Regina Silva.-----

M
Anacleto
P



3 – Opções do Plano e proposta do Orçamento do Município para 2025

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Carlos Cunha** (CDU) que disse querer colocar algumas questões, começando por dizer que está prevista a construção da interface de transportes de Santa Maria da Feira, pelo que questiona que localização e projeto existem, para este empreendimento. -----

Perguntou, em relação à informação oficial sobre a cobertura da rede de água de consumo humano e esgotos, de que atinge quase 100 por cento da concretização, o porquê de aparecerem, no Plano e Orçamento da Câmara, e não da sua concessionária, verbas anuais que atingem uma cifra que ronda os 9 milhões de euros. -----

Questionou ainda em que item se integra a certificação energética de todas as edificações escolares, que possibilitem a sua adequação ambiental, com aproveitamento de energias alternativas.-----

Para concluir, disse que a CDU gostava de saber que subsídios serão atribuídos às associações de Bombeiros Voluntários, que são vergonhosamente poucos, acrescentando que são organizações humanitárias cada vez mais indispensáveis para a prevenção e apoio em caso de sinistros, mas maltratadas pelo Município.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Hoje, reunimo-nos para avaliar e debater, de forma construtiva, o Orçamento Municipal proposto para 2025. Um orçamento que, à primeira



Handwritten signature
Inês Curto

Handwritten signature

análise, apresenta-se como uma oportunidade audaciosa para o desenvolvimento do conceito. Contudo, ao examinarmos os seus detalhes, emergem inconsistências e desafios que não podem ser ignorados. -----

Este momento é, acima de tudo, uma oportunidade valiosa para refletirmos criticamente sobre o estado das políticas municipais em Santa Maria da Feira, abordando com transparência e responsabilidade. O Orçamento Municipal para 2025 está calculado em 115.000.000 euros, aos quais se somam 58.000.000 euros de saldo orçamental. Este é, sem dúvida, um orçamento ambicioso, que demonstra a necessidade de fortalecer a capacidade financeira para a execução de projetos estruturantes fundamentais para o futuro do nosso concelho. -----

Santa Maria da Feira é reconhecida por ter contas equilibradas e por cumprir prazos de pagamento, mas ainda existem desafios a enfrentar. -----

Por isso, volto a questionar: por que não considera a redução do IMT e da derrama? Essas medidas poderiam atrair mais investimento e beneficiar diretamente os comerciantes e as empresas locais. -----

Infraestruturas Prioritárias -----

- Com a aguardada aprovação do Senhor Ministro das Infraestruturas, é imperativo que estas obras avancem sem mais adiamentos. Esses projetos, foram elaborados exaustivamente ao longo dos anos, são fundamentais para transformar a mobilidade urbana e garantir uma cidade mais funcional e segura. -----

A execução do Túnel da Cruz tem o potencial de mitigar os congestionamentos de graves junto ao hospital, uma situação que não afeta apenas a qualidade de vida da população, mas também coloca vidas em risco em emergências médicas. -----

Em relação à zona da Cruz, as preocupações intensificam-se. -----

A urgência em resolver o perigo específico do túnel de Picalhos não pode ser subestimada. Durante as chuvas, a área torna-se um verdadeiro cenário de caos, com veículos inundados e tampas de saneamento elevadas devido a

M
de Cuih
P



ligações clandestinas das águas pluviais. -----

Estes problemas exigem ações imediatas da autarquia para garantir a segurança e o bem-estar dos feirenses. Adiar soluções significa perpetuar riscos inaceitáveis para a população. É hora de agir com determinação e priorizar estas intervenções, devolvendo aos cidadãos a confiança e a tranquilidade que tanto merecem. -----

- A condição preocupante da ETAR da Remolha, frequentemente referida como um simples "poço de bombagem" em vez de uma verdadeira estação de tratamento, é motivo de alarme. A urgência absoluta de abordar os impactos ambientais e de saúde pública associados a esta estrutura é clara, especialmente ao observar o efluente inadequado que é despejado no riacho a jusante. -----

Os moradores da freguesia de Espargo aguardam medidas efetivas e decisivas para remediar esta situação, que afeta não apenas a qualidade de vida local, mas também o meio ambiente do concelho. A resolução deste problema não é apenas uma questão técnica, mas também um compromisso com a sustentabilidade e o bem-estar da comunidade. -----

Tribunal de Santa Maria da Feira -----

- Continuamos sem uma infraestrutura adequada para o funcionamento da justiça. Urge avançar com a reconstrução de um edifício digno, num terreno já pertencente ao município, para melhor servir os cidadãos e garantir o funcionamento pleno da justiça no nosso concelho. -----

Habituação e Qualidade de Vida-----

Habituação Social: -----

- Embora alguns empreendimentos de habitação social tenham sido revitalizados em diversas freguesias do concelho e outros estejam em fase de planeamento para reabilitação, seria prudente e de bom senso que a autarquia convidasse as forças políticas para discutir onde e de que forma estão a ser aplicadas os recursos públicos, que são património coletivo de todos os feirenses de Santa Maria da Feira. -----



Incumbido
[Signature]

Reforçamos que é alarmante o facto de ainda existirem habitações sociais desocupadas, enquanto tantas famílias enfrentam enormes dificuldades. É essencial esclarecer os critérios e os moldes para a entrega destas habitações, sejam eles em regime transitório ou permanente, sempre com o objetivo de promover a autonomia e a formação cívica de cidadãos ativos e responsáveis.-----

Preço da Habitação-----

- Não podemos ignorar a importância crucial da reabilitação urbana, pois, como se observa atualmente, o centro de Santa Maria da Feira, especialmente na zona histórica, encontra-se repleto de edifícios abandonados e à venda por preços que podem ser classificados como exorbitantes. O custo por metro quadrado no nosso concelho rivaliza com o de grandes cidades como Porto, Gaia e Espinho, o que desencoraja muitas famílias e agrava as dificuldades no acesso à habitação.-----

Este agravamento financeiro impacta diretamente as famílias, comprometendo sua qualidade de vida. É imperativo que se desenvolvam soluções que incentivem a construção e a reabilitação de habitações a preços justos, promovendo um mercado imobiliário mais inclusivo e sustentável para todos.-----

Saúde e Educação-----

Hospital Distrital:-----

- No setor da saúde, as críticas são graves e não podem ser ignoradas. A inexistência de uma unidade de saúde privada aberta 24 horas no concelho representa uma falha evidente e uma necessidade inadiável.-----

É uma situação inaceitável e uma verdadeira afronta à dignidade da população.-----

Exigimos uma intervenção célere para rever e melhorar esta infraestrutura de saúde, garantindo um atendimento eficaz e seguro para os feirenses. É essencial priorizar ações concretas e transformadoras para enfrentar esses problemas. Projetado há 20 anos, o hospital tornou-se obsoleto, mesmo com

ma cunha




as recentes obras é incapaz de acompanhar o crescimento populacional e as exigências atuais. A continuidade de casos lamentáveis e inadmissíveis de atendimento deficiente apenas reforça a urgência extrema de expandir e modernizar esta infraestrutura para garantir o direito básico à saúde.-----

Educação -----

- A privatização do Colégio de Lamas deixou o concelho desprovido de respostas educativas adequadas. Este tema, de extrema relevância, exige que nos questionemos sobre a morosidade na abertura de concursos para a construção de, pelo menos, mais um centro escolar e uma nova escola secundária. -----

É amplamente conhecido que cerca de 120 jovens, todos os anos, são obrigados a deslocar-se diariamente para estudar em concelhos vizinhos, como Espinho e outras localidades, o que resulta num fardo financeiro significativo para os encarregados de educação, já pressionados pelos desafios económicos atuais. -----

É necessária a implementação de medidas que fortaleçam e modernizem a rede escolar local, garantindo condições justas e acessíveis para todas as famílias do concelho.-----

Desafios Económicos e Sociais -----

Apoio à Economia Local: -----

- Eventos como a Viagem Medieval, Perlím, a Festa das Fogaceiras e o Festival Internacional de Marionetas são essenciais para projetar Santa Maria da Feira além-fronteiras, mas precisamos também de políticas que incentivem o comércio local, especialmente durante os dias de menor movimento como por exemplo os “Dias do Burgo”, já agora para quando o arranque deste novo projeto?-----

Apoio à População Sénior e à Infância -----

- Programas como o Mais Sénior, nas Caldas de São Jorge, são passos positivos. Contudo, é essencial criar mais lares para idosos e creches suficientes, garantindo prioridade aos feirenses e evitando que os nossos



meCunha
P

trabalhadores feirenses tenham de abdicar dos seus empregos para cuidar de familiares. -----

Investimento Estratégico -----

Para atrair mais empresas e empregos, é crucial rever os impostos locais, como a derrama, que muitas vezes desincentivaram a instalação de novas empresas. -----

As deficiências evidentes nas zonas industriais do município exigiram uma requalificação profunda e imediata. É imperativo criar condições modernas e atrativas, revitalizando as lacunas existentes para atrair investidores estratégicos e fomentar o emprego especializado, fundamentais para o desenvolvimento industrial sustentável e competitivo. -----

Um exemplo claro é a zona industrial de Espargo, onde as estradas estão degradadas, com buracos visíveis, passeios danificados e áreas públicas negligenciadas. Não basta estarmos estrategicamente localizados perto dos acessos à A29 e à A1, nem contar com a vantagem de preços por metro quadrado mais acessível em comparação com Porto e Vila Nova de Gaia. Precisamos de infraestruturas de excelência para consolidar essa vantagem e transformar o conceito num polo industrial diferenciado, capaz de atrair empreendedores e investimentos envolvidos em municípios vizinhos. -----

O sucesso de um município não se mede apenas pelos valores anunciados no orçamento, mas pela execução eficiente de projetos que transformam realidades e beneficiam diretamente a população. É no compromisso com a ação e na capacidade de corrigir desigualdades estruturais que residem uma verdadeira oportunidade de construir um futuro promissor e inclusivo para todos os feirenses. -----

Conclusão-----

- Este orçamento representa, sem dúvida, uma oportunidade para fazer mais e melhor por Santa Maria da Feira. No entanto, é essencial que continuemos vigilantes, priorizando os interesses dos nossos munícipes e garantindo que os recursos sejam aplicados de forma eficiente, transparente e sustentável.”



Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Há bocadinho esqueci-me de fazer uma nota à Mesa, já agora também à Comissão Permanente. Eu sei que é assim há muitos anos, mas, às vezes, é preciso mudar para melhor, como noutras coisas na vida política. Tem a ver com o formato físico da Assembleia. Esta ideia de ter a Câmara num palco e o resto do mundo na plateia, como se isto se tratasse de um comício ou de uma aula, parece-nos que não é equilibrada na relação entre uma Câmara e uma Assembleia. Além do mais, não temos condições ali em baixo, a Câmara tem microfone, tem mesa, tem cadeiras, nós andamos ali a atropelarmo-nos, não temos nenhuma condições de trabalho, a maior parte das pessoas nem sequer tem mesa à frente, felizmente, os da primeira fila ainda têm. Penso que é pouco adequado para aquilo que fazemos cá, e basta sair pelo país e ver como é que reúnem as assembleias municipais, e são poucos os casos em que mantêm estes modelos, já evoluíram, também gostava que a assembleia refletisse sobre isto e que nos desse melhores condições de trabalho, porque também estamos aqui para isso. Apesar de tudo, no Europarque, tinha um outro equilíbrio.-----

Em concreto sobre as Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2025, já aqui foi dito, e o Sr. Presidente também o disse, este é um momento particularmente importante para este ciclo autárquico, estamos a entrar no último ano deste ciclo político, isto é também o último orçamento a ser discutido neste mandato e temos um contexto financeiro, público muito particular, estamos a viver um pico de financiamentos comunitários no PRR, o fecho do Portugal 2020 ainda com ações para executar, o início do Portugal 2030, portanto, está a chover muito dinheiro na administração pública e nas câmaras municipais, não só nesta, mas em todas.-----

Também estamos ainda num processo de descentralização de algumas competências do Estado e, portanto, com o correspondente cheque, que este ano também vai aumentar, e ainda um conjunto de investimentos que foram



Inês
Inês

assumidos à escala intermunicipal ou metropolitana, como foi o caso dos transportes, por exemplo, e em que muitas vezes os municípios assumem como seus, outras vezes sacodem a água do capote quando é mais conveniente, mas também sabemos que isso também traz investimento aos territórios. Portanto, mais do que uma análise específica do orçamento, projeto a projeto, começa a ser altura de fazermos o balanço político do mandato, e este é um instrumento político, quer daquilo que foi feito quer daquilo que ainda é possível fazer. -----

As centenas de páginas deste documento confirmam que se fazem muitas coisas, já o disse o ano passado, a pergunta não é se fazem muitas coisas, é se fazem as coisas certas, e é isso que nos divide enquanto visão política para o Concelho. -----

Este plano e orçamento está cheio de promessas, de projetos, mas também tem muitas justificações para coisas que a Câmara não conseguiu fazer ou que não está a conseguir fazer, de investimentos que foram prometidos e que não se concretizaram. -----

E a nossa opinião, depois destes 3 anos e já com este orçamento para o 4.º ano e último mandato, é visível que os principais problemas do Concelho vão continuar em 2024 e vão continuar em 2025, e, portanto, este é um plano e um orçamento que desiludem quem tem uma ambição maior para este Concelho, e antecipamos que este mandato desilude quem tem uma ambição maior para o Concelho. -----

Na nossa opinião, esta gestão municipal continua centralista quando devia ser descentralizadora e delegar mais competências, é despesista quando devia aliviar a carga fiscal das famílias e empresas e cingir-se àquilo que poderia fazer depois desse alívio, é repetitiva quando devia ser mais inovadora, e muitas vezes é comodista quando podia ser mais ambiciosa e mais ousada. -----

A nós, parece-nos que o próprio PSD está acomodado no poder, neste momento a sua principal motivação é manter-se no poder, mais do que



transformar o Concelho, mais do que resolver os problemas dos feirenses usando esse instrumento que é o poder, sentimos que é o poder pelo poder. Este documento tem um conjunto de projetos, planos e promessas, mas ainda, muitos deles, não vão concretizar-se em resoluções destes problemas. Fala, por exemplo, vou citar, “acautelar os procedimentos para a construção de centro escolar da Feira”, acautelar os procedimentos, não é fazer, “priorizar o projeto de execução do túnel da Cruz”, não é fazer, é priorizar o projeto, “negociar ou dar continuidade às negociações com o Ministério da Justiça para a requalificação do tribunal de Santa Maria da Feira”, não é requalificar o tribunal de Santa Maria da Feira, “manter a agenda de negociações com o Governo e os dossiers da Linha do Vale do Vouga e Linha de Alta Velocidade”, não é que elas sirvam, de facto, melhor o Concelho, mas sim manter negociações. Portanto, mais do que promessas e de projetos, precisamos de ações concretas para que se resolvam também os problemas concretos das pessoas do Concelho. -----

E quais são, em nossa opinião, esses problemas que não se resolveram ainda este mandato e parece que não se vão resolver em 2025? -----

O primeiro, em nossa opinião o mais importante, é o baixo nível socioeconómico que afeta a maioria das pessoas deste Concelho. Temos ainda 20% de feirenses no linear da pobreza, e a maioria dos feirenses não têm rendimentos suficientes para aquilo que é hoje o custo de vida. E, para além disso, são sobrecarregados com impostos municipais, que são os mais altos da região, e pagam os custos elevados dos serviços fundamentais como a água, o saneamento ou a recolha de resíduos, mantendo-se, sim, o rendimento muito baixo, que não atinge sequer a média da Área Metropolitana do Porto. -----

Apesar do Município falar todos os dias da fantástica capacidade de atrair empresas, atrair investimento altamente qualificado, o que é certo, e são factos, não são promessas, os salários em Santa Maria da Feira são modestos, são abaixo, em média, dos municípios vizinhos. E mesmo sendo



M
Incluído
P

nós um município altamente exportador, mas também exportador em dois setores que são muito afetados por uma grande transformação económica do mundo, e estamos a ver já as dificuldades que estão a sentir. -----
Em Santa Maria da Feira um trabalhador ganha, em média, dados muito recentes, 1.222 euros, no Porto ganha 1.628, ou seja, uma pessoa do Porto parece que ganha 4 vezes mais de salário por ano do que uma pessoa em Santa Maria da Feira, mais 33% de vencimento. Em Aveiro ganha 1.406, ou seja, mais 2 meses de vencimento em cada ano do que uma pessoa em Santa Maria da Feira, em comparação. Na Maia é 1.305, em Estarreja é 1.383, em Ovar 1.257, todos acima do nosso Concelho.-----
Até podíamos dizer, embora o Miguel, há bocadinho, não tenha dito isso, mas podíamos dizer que no Porto ou em Aveiro é mais caro viver, sim, é mais caro, mas vamos comparar o poder de compra dos feirenses e desses outros nossos concidadãos e vizinhos, na relação com o indicador que é mais transparente a este nível, e mais elucidativo, que é o índice do poder de compra. Ora, Santa Maria da Feira tem um índice de poder de compra de 84% da média nacional, estamos a mais de 15% da média nacional. O Porto tem 147, Aveiro 119, Matosinhos 118, São João da Madeira 116, Maia 108, Gaia 100%, ou seja, ainda todos acima da média, mesmo concelhos com dificuldades económicas. Espinho, por exemplo, foi dos concelhos que mais perdeu população e atividade económica, mesmo assim, tem um índice de poder de compra de 95,89 e Ovar 89,6, ambos à nossa frente. -----
Penso que é isso que deve preocupar quem gere a coisa pública no Concelho, é que as pessoas vivam melhor, possam pagar melhor as suas contas, tenham melhores condições de vida. Nós até podemos atrair mais pessoas, mas estamos a atrair pessoas ainda para ganhar pouco, para empregos que pagam mal, essa é que é a grande questão. Nós podemos ter muitos projetos, termos muitas ideias, muitas iniciativas, mas é isto que, de facto, interessa às pessoas. -----
Eu vivo num concelho que me permite evoluir, que permite crescer, que



permite progredir, que os meus filhos possam ter melhor do que eu, ou não. E o que é que tem feito o Município, como incentivo, para o real desenvolvimento económico do Concelho? Penalizado as empresas com impostos altos, por exemplo São João da Madeira recentemente isentou as 'startup' de pagar derrama; mantém longos prazos de resposta a pedidos de licenciamento para investimentos; não atualiza o PDM; não requalifica zonas industriais; não faz o Eixo das Cortiças; não consegue convencer o Estado a abrir o nó da autoestrada entre a Feira e Nogueira, que é bem preciso para aquela região; não promove a mobilidade e transportes de qualidade, seguros, confortáveis para que pessoas com poder de compra mais elevado possam viver no concelho e poder até trabalhar fora. Nós podemos fazer muitas conferências BizFeira, podemos fazer muitos Bairros Digitais, muitos portais Vai-me à Loja, muitas viagens com o presidente a acompanhar empresários em todo o mundo, que isso não está a acrescentar nada. São as empresas que criam riqueza, sabemos que não é o município, é verdade, mas é o município que cria o contexto para que as empresas criem riqueza, é o Estado que tem esse papel, também, nas infraestruturas, nos serviços, na qualificação dos recursos humanos. E nós estamos a falhar claramente nesta questão, e estamos a falhar claramente por essa via do valor social que devemos construir para as futuras gerações.-----

Outro problema do Concelho, que já aqui toquei ao de leve, é o da mobilidade, e o sistema de mobilidade. E, neste assunto, temos a ideia, quando viajamos, que o desenvolvimento de uma cidade, de uma região, nota-se muito pela qualidade dos serviços de transportes públicos, pelo acesso que as pessoas têm aos centros e à circulação dentro dos territórios. Neste assunto, Santa Maria da Feira está em contramão. Segundo o nosso plano de mobilidade e o diagnóstico que foi feito, plano esse que ainda não está concretizado, temos assistido a um aumento do uso de carro próprio e à diminuição do uso de transportes públicos, estamos em contramão naquilo que é um desafio, até, da sustentabilidade dos territórios. -----



Ms
Ina Cunha

Em 2025, segundo o Orçamento e o Plano, vamos continuar sem acesso a um eixo ferroviário moderno, sem acesso direto à rede de Metro, continuar a ter os permanentes engarrafamentos na zona da Cruz e dos Passionistas, sem o centro coordenador de transportes ou, pelo menos, não é claro que vai ser construído, pelas respostas não é muito claro.-----

Para além destas duas questões, das condições socioeconómicas e da mobilidade, há outros assuntos que preocupam as pessoas, mas nós entendemos que nesta questão do valor social, o mais importante é a educação, é a formação profissional, é a qualificação técnica dos recursos humanos. É isso que pode, de facto, ajudar a transformar o desenvolvimento do concelho. -----

Também acreditamos que é recente este processo de transferência de competências na área da educação para os municípios, é ainda muito incompleto, ainda é pouco o papel, mas, é aí que pode estar a diferença, e é assumir essa responsabilidade com uma grande coragem e ambição para, de facto, dar uma resposta positiva. -----

Mas, depois de vermos o Plano do ano passado e o deste ano, e o resultado que já podemos assistir, acreditamos que esta ideia de um concelho altamente qualificado, em termos de educação e formação, ainda está longe de acontecer. Sentimos que esta mudança, esta transferência de competências, não trouxe nenhuma mudança estrutural na forma como se vê a qualificação dos recursos humanos do Concelho. Não vemos muito de novo neste Plano e Orçamento, não temos ainda uma resposta para a escola Fernanda Pessoa clara, uma solução para o ensino secundário, não se reconhece uma visão clara para atrair ensino técnico e profissional de qualidade, não estamos a criar condições para que os nossos jovens aprendam as profissões de futuro, muito menos estamos a atrair instituições de investigação e desenvolvimento, próximos do sistema universitário, para o nosso território. Pelo menos que se consiga retirar amianto das escolas que ainda o tem, pelo menos um desejo que deixo para 2025. -----

↓
Ana C. L.
P



Outro assunto que preocupa as pessoas é a habitação, que se torna mais grave ainda quando se vive mal, quando se tem rendimentos baixos. E o que é que se tem feito e o que é que se passa neste tema? Todos sabemos que o problema não é mais um apartamento de habitação social, o problema é o mercado de habitação que está desequilibrado. Falta oferta de habitação para a procura que existe hoje. Todos sabemos isso, não vamos esconder o assunto. O que é que pode fazer o Município neste caso? Além de poder contribuir um pouco para o mercado, trazendo algumas casas ao mercado, tentando cobrir as dificuldades das pessoas com mais dificuldade, desculpem o pleonasma, no acesso à habitação, tem de trabalhar na regulação deste mercado, na regulação positiva, na atração de investimento na área da habitação no Concelho. Isso implica licenciamento rápido, implica redução de taxas e impostos para quem vai construir ou vai comprar casa, e isso não está a acontecer. E, portanto, enquanto não licenciarmos a oferta, não vamos resolver problema nenhum da habitação estrutural, ainda por cima estamos a atrasar-nos, não sei por responsabilidade de quem, no programa 1.º Direito, que não se conseguiu ter o financiamento a tempo. --- Também na área social não vemos uma grande transformação, uma grande ambição, vemos sempre a mesma lista de projetos, sempre as mesmas iniciativas, sem nunca se identificar claramente qual é o problema que se quer resolver, e se estamos ou não a conseguir resolvê-lo. Porque se estamos a fazer as iniciativas todos os anos iguais, significa que não estamos a resolver o problema social, se ele se mantém exatamente igual, porque estamos a dar a mesma resposta. Dar a mesma resposta para um problema que já vimos que não se resolve assim, só vai implicar que ele não se resolva. Na cultura, e foi aqui falado pelo Sr. Presidente, a importância cultural que tem o Concelho, sim, mas também é nossa visão que tem um lado paternalista nessa posição. É a Câmara que quer ser o maior agente cultural do Concelho. O Município não tem de ser o maior agente no Concelho, tem de ser um agente facilitador da produção cultural e artística no Concelho. -



Alcunha
[Signature]

É importante que haja uma programação intensa e extensa, já estava na altura de se pensar a sério numa rede de equipamentos de média escala de proximidade. Já estava na altura de pensarmos que as bibliotecas, os teatros, as piscinas e os pavilhões possam ter não só unidades de uma grande escala na sede do Concelho, mas de pequena escala nas freguesias, às vezes nas associações, mas sabemos que o Concelho tem de ser mais coeso e mais equilibrado. Podemos ter equipamentos de média escala interfreguesias ou suprafreguesias, distribuídas em 4 ou 5 zonas do concelho, que sirvam as populações mais próximas. -----

Era importante dar esse passo na cultura, dar no desporto, dar na ação social, dar também na educação. E penso que aqui, já não vamos a tempo, mas era importante que, no ciclo futuro, se pensasse nesta reestruturação da rede de equipamentos no Concelho. -----

Para não ir muito mais longe, o que nos parece é que, em 2025, vamos continuar quase na mesma, vamos continuar sem um edificio condigno para o tribunal, vamos continuar sem um Plano Diretor Municipal, vamos continuar sem políticas claras no incentivo ao mercado de habitação, vamos continuar sem uma estratégia clara de diminuição de emissões de carbono, vamos continuar a pagar a recolha do lixo indexada ao consumo de água, vamos continuar com abrigos de passageiros de terceiro-mundistas, vamos continuar ter um concelho inimigo das pessoas com mobilidade reduzida, vamos provavelmente continuar sem uma pista de atletismo. Vamos ter dois Espaços Cidadão, embora o PSD tenha votado contra isso, quando nós expusemos na assembleia, mas não vamos ter ainda um Espaço Empresa, não vamos ter Lojas do Cidadão. Vamos ter um pequeno aumento para as juntas de freguesia, mas eu queria aqui salientar que as juntas de freguesia, todas juntas, recebem menos que a Feira Viva. Portanto, isto não é descentralizar a sério, e era, no mínimo, relevante e importante que o PSD cumprisse aquilo que prometeu em 2021. -----

Prometeu uma aposta, está no seu programa, para a área do ensino

M
Anelinho
Q



profissional e técnico-profissional, onde é que ela está? Prometeu atrair e criar emprego qualificado e muito bem remunerado, onde é que está essa boa remuneração? Prometeu a construção da pista de atletismo de Sanfins, prometeu uma ação climática, o plano de ação para a energia sustentável e clima com uma redução de pelo menos 40% das emissões de CO2, onde está essa redução? -----

Mas nós sabemos o que é que vai acontecer em 2025. Não vai faltar obras de última hora, não vai faltar o festival das pavimentações das estradas do concelho, não vão faltar muitas festas, as possíveis e imaginárias, não vai faltar muita fotografia do Sr. Presidente a circular pelo Concelho, com a máquina de propaganda da Câmara atrás de si. E era importante aqui deixar uma nota, que era bom também que houvesse a consciência, que essa máquina de propaganda, que não seja propaganda partidária, que não seja propaganda pessoal, e que seja, de facto, informação aos munícipes. Era muito importante. Nós já fizemos uma denúncia à Comissão Nacional de Eleições, foi-nos dada razão, ainda não há muito tempo. Vamos estar atentos a isso no próximo ano.-----

Em resumo, o PSD teve uma grande oportunidade de ter contribuído, neste mandato, para o progresso estrutural do Concelho, mas já percebemos que não o vai fazer, mas votaríamos a favor se houvesse mais ambição, mais rasgo, mais coragem para fazer diferente, mas a Câmara apostou por fazer mais do mesmo e continuar um programa de muitos anos, em que é mais a repetição do que a inovação. E, por isso, nós vamos votar contra.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que o dossiê em apreço revela a saúde financeira do Município, bem como prova que quando se paga a tempo e horas também se ajuda na divulgação e no desenvolvimento do tecido industrial e comercial do território. Referiu que evidencia ainda que o Município tem muitos projetos, assim como mostra que os feirenses nunca se deixam ir abaixo.-----



Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature

Salientou que se está a lutar contra a desertificação que existe no território, para a qual é preciso ter políticas e incentivos públicos que permitam que as freguesias que estão com esse problema reúnam condições de atração, quer para que as pessoas usufruam desses territórios quer para tornar o concelho mais homogéneo. -----

Realçou que o Município tem cerca de 173 milhões de euros, mas sabe que distribuído por tudo o que é preciso fazer, se calhar, o dinheiro não é assim tanto, pelo que há que apostar naquilo que é mais necessário às pessoas. Disse, como exemplo, que o Município tem investido muito em ciclovias, mas que precisa ter uma rede de ciclovias que permita a utilização das mesmas. Questionou quando é que se vai priorizar que a utilização das zonas industriais não destrua o investimento que, todos os anos, é feito na requalificação dos centros de freguesia. -----

Perguntou ainda quando é que se vai ter a coragem política de encarar os órgãos superiores que, neste momento, estão na mesma bitola partidária de quem gere a Câmara Municipal, e apontar que o concelho de Santa Maria da Feira contribui para o PIB Nacional de uma forma muito generosa. Fez notar que o Município não pode mendigar quanto é que se vai patrocinar ou financiar para poder executar certas obras, porque outros concelhos, porventura com menor dimensão, conseguem ter força política para as executar levando ao desenvolvimento desses concelhos e o conforto às suas populações. -----

Reafirmou ser positivo que o Município tenha capacidade de investimento e tenha contas certas, mas também seria bom que não tivesse os mesmos projetos a arrastarem-se durante 20 anos, comentando que se lembra da altura em que o Eduardo Couto propôs, na Comissão Municipal da Juventude, a criação de um skatepark, e ele já é adulto, já está no mercado de trabalho, e continua-se a pensar nisso. Referiu que este é só um exemplo de uma de decisão política adiada, e que, tal como cita o skatepark, pode falar de outras infraestruturas necessárias. -----



Salienou que um simples passeio, que deve contemplar um simples acesso para pessoas com mobilidade reduzida, continua a ser feito com barreiras arquitetónicas, sem cumprir as regras, o que é da responsabilidade do Município. -----

Acrescentou que a questão da habitação é o maior desafio para os próximos anos, dando nota que as pessoas têm de começar a optar por ou se alimentam, ou pagam a escola, ou suportam a habitação, reforçando que tal já acontece em muitas famílias feirenses, não só das que vivem de apoios sociais, mas também daquelas que estão no ativo, que trabalham e ainda assim não conseguem suportar os custos do dia a dia. Realçou que é preciso ter oferta de habitação a custos controlados e é preciso combater a desertificação, para o Concelho ser mais homogéneo. -----

Em relação aos eventos e à cultura, disse achar muito bem que sejam uma bandeira do Município e um exemplo, mas também considera que é importante criar condições para os residentes, nos períodos em que ocorrem, porque é um autêntico caos, daí que ser preciso articular para que todos possam desfrutar dos eventos, com respeito entre todos, mantendo o mínimo de qualidade de vida para essas pessoas. -----

Concluindo, disse ser um Orçamento com bastantes meios e com bastante margem de crescimento, mas não queria que fosse apenas mais um, comentando que muitas das intenções e dos projetos mencionados já se repetem há mais de 12 anos. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Senhoras e Senhores deputados, relativamente a este documento permitam-me a ousadia de citar um dos maiores compositores de língua portuguesa, Sérgio Godinho, numa música datada de 1979, chamada Cuidado com as Imitações, e cito: -----



Handwritten signature
Handwritten signature

Lá na aldeia havia um homem que mandava-----
Toda a gente um por um pôr-se na bicha -----
E votar nele e se votassem lá lhes dava -----
Um bacalhau, um pão-de-ló e uma salsicha-----
E prometeu que construía um hospital-----
Uma escola e prédios de habitação-----
E uma capela maior que uma catedral -----
Pelo menos a julgar pela descrição -----
Mas o Casimiro que era fino do ouvido -----
Tinha as orelhas equipadas com radar -----
Ouvia o tipo muito sério e comedido -----
Mas lá por dentro com o rabinho a dar a dar-----
E punha o ouvido atento -----
Via as coisas por dentro-----
Que é uma maneira de melhor pensar-----
Via o que estava mal -----
E como é natural -----
Tentava sempre não se deixar enganar-----
E dizia ele com os seus botões: -----
Cuidado Casimiro, Cuidado Casimiro -----
Cuidado com as imitações -----
Cuidado minha gente -----
Cuidado justamente com as imitações-----
Mas o Casimiro que era tudo menos burro -----
E tinha um nariz que parecia um elefante -----
Sentiu logo que aquilo cheirava a esturro-----
Ser honesto não é só ser bem-falante-----
A moral deste conto -----
Vou resumi-la e pronto -----
Cada qual faz o que melhor pensar -----

João
João
P



Não é preciso ser-----
Casimiro para ter-----
Sempre cuidado para não se deixar levar. -----

Senhor presidente, estou convencido que o Sérgio Godinho poderia ter escrito esta letra a pensar em si, acho que devia sentir honra que uma música tão bonita como esta descreva na perfeição a sua forma de estar e a forma como ela se materializa no Orçamento para 2025 é um exemplo puro e concreto disso: um orçamento vazio em promessas, com baixo investimento no que realmente é necessário para o nosso concelho e que é uma cópia barata de todos os outros orçamentos deste mandato, com o cunho do seu antecessor. -----

A sabedoria destes versos é evidente: as imitações são perigosas pois revelam falta de audácia, de visão, de progresso. E é sempre importante não se deixar levar por mesmismo que se tornou o PSD em Santa Maria da Feira - um partido que ficou parado no tempo com o mesmo modus operandi nestes quase 50 anos em que comanda os rumos do concelho. -----

Agora que as senhoras e senhores deputados ficaram com a vossa imaginação desperta graças aos versos de Sérgio Godinho, vou-vos pedir que façam um exercício difícil: quero que imaginem Santa Maria da Feira ao contrário. -----

Imaginem um concelho que em 2025 conseguisse garantir: -----

- A execução do plano de investimentos da Estratégia Local de Habitação nos termos e tempos definidos nesse mesmo instrumento; -----
- A Requalificação de todo o parque edificado de habitação social e dos espaços públicos adjacentes; -----
- A criação de um programa de rendas a custos controlados através da reabilitação de casas devolutas e construção de nova habitação pública; ----
- Criação do Plano de Ação para os Direitos Sociais que identifique de forma detalhada as diferentes realidades sociais do Município; -----
- O aumento para 5% no orçamento municipal para a ação social que se



Handwritten signature
Ana Cunha
P

traduza num aumento dos programas e das verbas destinadas aos programas existentes; -----

- Dotar os Cuidados de Saúde Primários de mais consultas, nomeadamente em áreas como a Nutrição, Psicologia, Podologia, Fisioterapia, Saúde Visual e Saúde Oral;-----

Imaginem uma Câmara Municipal capaz de: -----

- Criar mais uma escola secundária no concelho; -----

- Aumentar o número de Assistentes Operacionais, de forma a responder às reais necessidades das Escolas de Santa Maria da Feira e ao mesmo tempo acabar com a precariedade dos auxiliares de educação contratados pela autarquia;-----

- A requalificação de todas as infraestruturas camarárias das zonas industriais do município, munindo-as de melhores acessibilidades, mais lugares de estacionamento e melhores ligações com a rede de transportes públicos. -----

Eu sei que estamos habituados a pouquinho e que é difícil imaginar uma Câmara com coragem tendo em conta o histórico, mas imaginem só um executivo com força para: -----

- Remunicipalizar a água e baixar o preço da mesma;-----

- Construir um Centro Coordenador de Transportes no Centro do Concelho, que de facto saia do papel;-----

- Dar um espaço com dignidade para a Assembleia Municipal. -----

Um concelho ao contrário do que temos visto seria um concelho que fizesse a recolha de lixo de forma justa por todas as freguesias, que investia de facto na cultura e não apenas em megaeventos, que apostava no desporto não apenas por votos e garantia de manutenção no poder mas que promovesse práticas desportivas universais e democráticas. -----

Precisamos de um concelho ecológico, que respeite a biodiversidade como um todo, que garanta que as pessoas com mobilidade reduzida tenham uma vida digna e que promova que os trabalhadores sejam cada vez mais bem

↓
me ch
P



remunerados ao invés de apostar em mão de obra barata. -----

Mas sobre este Orçamento em tons de preto e branco: -----

Este demonstra uma visão completamente desalinhada daquela que o Bloco de Esquerda defende- Num momento em que a justiça social, a defesa intransigente dos serviços públicos e o desenvolvimento sustentado do concelho são mais urgentes do que nunca, a proposta do Executivo revela-se uma oportunidade perdida, pautada pela falta de ambição, pela ausência de metas concretas e pela negligência em áreas críticas.-----

Santa Maria da Feira enfrenta uma crise habitacional que é impossível ignorar. As carências de habitação social são alarmantes, e os avanços prometidos ao longo dos últimos anos têm sido pouco mais que cosméticos. Apesar da inclusão de investimentos na Estratégia Local de Habitação (ELH), não há indicadores objetivos que mostrem resultados palpáveis para os feirenses. Perguntamos: quantas habitações a custos controlados estarão disponíveis até ao final de 2025? Quantas famílias em situação de carência ou emergência habitacional terão finalmente um teto digno? O Executivo continua a falhar. Faltam metas, critérios de avaliação e, acima de tudo, obra feita. Quatro anos passam e, no que diz respeito à habitação, temos promessas, mas não temos casas.-----

O acesso à água em Santa Maria da Feira é uma vergonha que denuncia a insensibilidade social deste Executivo. Continuamos a pagar uma das tarifas mais caras do país, num concelho onde os salários médios são baixos. Pior ainda, a Câmara recusa-se a implementar uma tarifa social automática, que poderia aliviar a fatura de cerca de milhares de feirenses. Este é um gesto de indiferença gritante perante as dificuldades de quem mais precisa. A água não é um luxo, não é uma mercadoria. É um direito humano fundamental e a Câmara não foi eleita pela Indaqua, mas sim por pessoas de carne e osso que se veem aflitas para pagar uma fatura exorbitante que enche os bolsos de alguns.-----

Na área social, os programas apresentados são pouco mais do que paliativos,



M
maLento
P

financeiramente insuficientes e incapazes de responder à realidade de um concelho onde as famílias enfrentam pobreza crescente e exclusão social. A isto somam-se investimentos irrisórios na saúde, no desporto, na cultura e na proteção ambiental. Não estamos perante um exercício de responsabilidade orçamental. Estamos perante uma gestão que recusa assumir o papel central de uma autarquia: servir as pessoas e responder às suas necessidades, mas que por outro lado se preocupa constantemente com o seu marketing e poder por poder. -----

Perante esta proposta insuficiente, que falha em quase todas as áreas cruciais para o bem-estar dos feirenses, o voto do Bloco de Esquerda é, naturalmente, contra. Esta é uma luta difícil, mas que sempre abraçamos por um concelho mais justo, mais inclusivo e mais humano. Recusamos normalizar o desinvestimento no público e a indiferença para com quem mais precisa. Santa Maria da Feira merece muito mais do que um Executivo que vive de promessas vazias e de políticas que perpetuam desigualdades. - Este é o último Orçamento deste executivo, que durante este mandato prometeu fazer diferente e melhor, sendo que já tinha feito essas mesmas promessas tantas e tantas vezes. -----

É tempo de virar o concelho ao contrário, de romper com esta maioria. Os feirenses podem contar com o Bloco de Esquerda, cá estaremos em 2025 para mudar o paradigma das coisas e saibam que seremos tão ou mais exigentes perante esta inaptidão a que o PSD nos habitou.” -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“2025 constitui um marco temporal, uma vez que marca o fim do atual mandato e fecha o primeiro quarto do século XXI. Constitui, por isso mesmo, uma oportunidade de reflexão sobre as conquistas do território e a construção prospetiva das ambições do amanhã. -----

Handwritten signature and initials



Estes vinte e cinco anos foram marcados por períodos muito desafiantes para os agentes económicos e sociais do território: a adesão ao Euro, a entrada da China na Organização Mundial de Comércio, a crise do *subprime* dos EUA e a crise das dívidas soberanas na Europa. Em conjunto, estes choques externos, perturbaram o equilíbrio em que vivíamos, erodiram a nossa competitividade e remeteram-nos para as agruras da austeridade, cujo Programa de Apoio à Economia Local foi o reflexo entre nós.-----
Em consequência, os níveis de investimento reduziram-se, as Associações perderam os apoios de que beneficiavam e até as luminárias públicas foram sujeitas a corte. Os níveis de desemprego exasperavam e perdíamos amigos e familiares para a emigração. -----
O Município corria contra o tempo e contra uma ideia de irrelevância regional. A água domiciliada e o saneamento eram absolutamente críticos para entrarmos no século XXI e como recursos não existiam, submetemo-nos a uma concessão que nos tem dado amargos de boca e ainda promete dar muito que falar. Seguiam-se as centenas de quilómetros de estradas esventradas que eram necessárias recuperar e aqui não havia concessão que nos valesse...tinha mesmo de ser o orçamento municipal a suportar o fardo. Seguiram-se anos, uns atrás dos outros, em que o cerne do investimento municipal era pavimentar, pavimentar e pavimentar, sobejando pouco ou nada para políticas do século XXI. -----
Senhora Presidente,-----
Senhores(as) Deputados,-----
Aquilo que deveríamos estar a discutir neste momento era o que temos de fazer para colocar Santa Maria da Feira entre os dez municípios mais prósperos de Portugal nos próximos 25 anos. Não é uma tarefa impossível. Somos um território de gente trabalhadora, de gente empreendedora, de gente que vai à luta. Um território que fica nos primeiros três lugares a nível nacional na balança de bens. Temos um território com identidade histórica e cultural. De que necessitamos para ser um dos dez municípios mais



Handwritten signature and initials

prósperos de Portugal? A resposta, se permitem, resume-se ao seguinte: mais investimento privado e um redirecionamento do investimento público. O investimento público aqui deve ser destacado, porque é no investimento público que se encontra uma boa parte da resposta para o aumento da nossa centralidade territorial e, por essa via, da nossa prosperidade. O nó de acesso à A1, as ligações à A29 e à A32, o Hospital São Sebastião e o Europarque são exemplos de investimento público que tornaram Santa Maria da Feira mais central e mais próspera. Temos forçosamente de continuar a alimentar este binómio “centralidade-prosperidade” para conquistar novos trunfos para Santa Maria da Feira.-----

Alguns desses trunfos estão perfeitamente identificados, tais como o Túnel da Cruz, o novo Tribunal e a Requalificação da Linha do Vouga, enquanto outros estão oclusos, designadamente a ligação, em Rio Meão, à A1, o que nos permitiria estabelecer uma conexão, através do, muito atrasado, Eixo das Cortiças, entre a área industrializada da Valada, a Zona Industrial do Casalinho e a Zona Industrial do Monte Grande.-----

Estes e outros projetos são decisivos para o nosso sucesso, porque fará convergir sobre a nossa terra os movimentos de pessoas, serviços e negócios que ditarão na hierarquia territorial uma posição de liderança. -----

Portanto, mais investimento público, mas dentro deste, temos o investimento municipal; e é este investimento que temos de redirecionar. Temos de garantir, por todos os nossos meios, que cada € de investimento não é um € desperdiçado. Sabem quanto é que vamos pagar ao Município em IUC, IMI, IMT, Derrama e IRS, desde 2013 até 2025? 400 milhões de euros! Só destes impostos, porque a isto ainda se juntam as transferências do OE e os Fundos Europeus. 400 milhões de euros. Portanto, praticamente 2 milhões de euros por cada quilómetro quadrado do município. Onde é que está o retorno deste investimento? Sr. Presidente, 400 milhões de euros depois, como é possível que continuemos a ter uma população com rendimentos de trabalho inferiores à região e ao país, continuemos a ter

*M
Anacub*



Q

indicadores ambientais medíocres e um território tão assimétrico? -----

Na nossa perspetiva, temos de redirecionar o investimento municipal para garantir maior retorno social. Mas como?-----

1. Melhorar as diversas infraestruturas de suporte à atividade industrial e económica -----

As deslocações entre várias zonas do território são morosas e, pior do que isso, as ligações às zonas industriais são más. Aquilo que em tempos se conseguiu com a Via Estruturante Espargo-Feira é um exemplo escasso do que necessitamos. -----

Temos unidades industriais situadas no meio das povoações (com todos os problemas de segurança, ruído, poluição, gestão de tráfego e organização do espaço urbano), tal como sucede em Santa Maria de Lamas, Lourosa e Fiães, só para citar os mais evidentes; mas também temos um n.º exagerado de zonas industriais de 1.ª geração a necessitarem upgrades, veja-se a Zona Industrial do Roligo e tantas outras sem acesso a gás, vias degradadas, sem zonas de estacionamento, sem sistemas de produção de energia renovável, sem cobertura de banda larga ultrarrápida, etc. -----

Logo aqui tínhamos “pano para muitas mangas”. E isto é importante para não continuarmos a ter empresários que sentem vergonha quando têm fornecedores ou clientes que os visitam. -----

2. Reduzir a pegada carbónica e superar os 65% de resíduos reciclados -----
Esta é uma exigência da sociedade e provavelmente o investimento com maior retorno imediato que o município pode concretizar. Toda a eletricidade consumida pela Câmara Municipal e empresas municipais deveria ter origem renovável, algo concretizável através de uma Comunidade de Energia Renovável promovida pelo próprio. -----

Um Programa de Apoio à Eficiência Energética e à Produção de Energia Renovável devia ser implementado, com o intuito de estimular todos os agentes do território a encontrem soluções mutuamente benéficas; por exemplo, incentivar as famílias a investir em energia fotovoltaica,



comparticipando uma percentagem do investimento, desde que existisse o compromisso de vender a energia excedentária a outras famílias, empresas ou IPSS a preços reduzidos. -----

Também necessitamos de implementar o sistema de recolha de resíduos e biorresíduos porta a porta em todo o Município, bem como aumentar o n.º de ecopontos por todo o território. Reciclar não tem de ser um quebra-cabeças, muito menos um castigo. -----

3. Alcançar o top 5 dos municípios da AMP com maior proporção de indivíduos com ensino superior, em idade ativa -----

Aqui falhamos por nunca termos sido capazes de atrair para Santa Maria da Feira, um polo da Universidade do Porto ou da Universidade de Aveiro, conforme o fizeram em Oliveira de Azeméis ou em Águeda. Levando em consideração que a educação é peça central para o sucesso da região, importa perceber o que a Fundação Terras de Santa Maria pode fazer para formar quadros de empresas, dirigentes associativos, técnicos de IPSS, os nossos jovens que acabam invariavelmente no Porto ou em Aveiro, e tantos outros que por cá encontrariam paragem mais próxima e acessível. -----

Também poderíamos importar mão-de-obra qualificada, mas para isso as empresas têm de ter melhores condições para operar e necessitamos de mais oferta habitacional. Tanto uma como outra não são uma realidade, não só, mas também, por responsabilidade do Município. Não ter os impostos mais elevados do distrito e um dos mais elevados da AMP seria um passo, ter utilizado a política fiscal para incentivar a reabilitação seria outro e ter dirigido o investimento municipal para lógicas reprodutivas seria outro. ----

Temos um Orçamento com muitos anúncios, os anúncios de sempre, e incapaz de desbloquear os nós górdios que nos afetam há demasiados anos. Temos a possibilidade de ser um dos 10 municípios mais prósperos de Portugal, mas isso não ocorrerá com as mesmas políticas. -----

Votaremos contra.”-----

Anselmo
P



Usou da palavra o membro **José Carlos Silva** (PSD) que iniciou a sua intervenção aludindo ao momento de poesia perpetrado pelo membro Eduardo Couto e, nesse contexto, pediu aos presentes que imaginassem uma escola, outrora, existente na região, que oferecia as melhores opções de ensino secundário e formação profissional. Referiu que essa escola era uma realidade e era frequentada por crianças de Santa Maria de Lamas, Mozelos e Nogueira da Regedoura, onde não havia distinções de estratos sociais e as pessoas de diferentes condições económicas, sendo uma instituição que unia a comunidade. Lamentou profundamente o desaparecimento dessa realidade, questionando como foi possível permitir que tal sucedesse, talvez por prevalência de ideologias que, na sua opinião, ignoram a realidade. Considerou, este facto, um erro grave e expressou indignação, destacando que cerca de 400 crianças de Mozelos se deslocam para Santa Maria da Feira, Espinho e outras localidades, muitas vezes, sem rede de transportes, tendo de percorrer grandes distâncias a pé. -----

Criticou ainda o que considerou ser uma atitude de venda política por parte de alguns intervenientes, elogiando, no entanto, o atual Presidente da Câmara pela sua coragem em redefinir prioridades estratégicas, quando, em detrimento de um novo edifício da câmara optou pelo túnel da Cruz. Mencionou ainda o edifício do tribunal, em mau estado e risco de degradação, defendendo que era fundamental substituir o edifício por algo completamente diferente. Continuou a sua intervenção referindo-se à Linha do Vale do Vouga, que considerou um sonho possível de concretizar, realçando a importância de acreditar que a sua implementação pode vir a melhorar significativamente os transportes na região. -----

Disse que o membro Daniel Gomes falou, e bem, das novas áreas de acolhimento empresarial, salientando, a esse respeito, que já existem redes urbanas, e que a sustentabilidade e a inteligência territoriais estão a ser promovidas em colaboração com outras entidades, recordando que o concelho integra uma área metropolitana. Reconheceu que a autarquia está



M
no cunha
P

a pagar a fatura da Unir, esperando que essa questão se resolva.-----

Sobre a capacidade do território de atrair indústria, destacou a sua heterogeneidade, indicando que, apesar de algumas áreas serem mais interiores, existem já acessos pelas grandes vias estruturantes. Destacou o caso do Europarque, que descreveu como um espaço anteriormente "moribundo", agora revitalizado, exemplificando com o evento recente denominado Feira das Profissões, que atraiu milhares de jovens e promoveu atividades relevantes, incluindo a CinCork e outros institutos que conquistaram primeiros prémios. Enfatizou que é em Santa Maria da Feira que estas iniciativas ganham vida, reforçando a centralidade e o dinamismo do município.-----

A respeito da área social disse discordar com alguns dos pontos de vista apresentados, defendendo o trabalho desenvolvido pela Câmara, através da sua Divisão Social, e através dos Fóruns Sociais, que considerou uma criação local com um dinamismo próprio. Sublinhou que existem dezenas de programas direcionados para reabilitação e apoio das pessoas carenciadas, desejando que, no futuro, estas respostas não fossem necessárias. Considerou fundamental trabalhar no sentido de prevenir e eliminar as necessidades sociais, promovendo uma sociedade mais equilibrada e autónoma. -----

Prosseguiu a sua intervenção destacando a criação de novas Unidades de Saúde Familiar no concelho, reconhecendo e valorizou a importância das que já estão a funcionar em locais como Canedo, Milheirós de Poiares, Nogueira da Regedoura-São Paio de Oleiros, lamentando, contudo, a ausência de uma unidade em Mozelos.-----

Quanto à habitação afirmou ser, claramente, uma necessidade, mas que este não é um desígnio municipal, mencionando os entraves criados pelo centralismo do Estado. Apontou que o PRR, que disponibiliza milhões em recursos, ainda não está no terreno, e que o programa 1.º Direito também está com dificuldades, comentando que as isenções fiscais, como a redução

the council
[Signature]



do IVA de 23% para 6% só se aplica em determinados casos. Enfatizou que todo o território foi considerado para atrair investimento, mas reconheceu que ainda há trabalho a ser feito. -----

Relativamente às pavimentações, considerou que o concelho tem avançado bem, embora admita que ainda haja necessidade de melhorias.-----

Ainda na área social, elogiou o trabalho das IPSS, mencionando que, pessoalmente, acompanha alguns projetos de grande impacto, e realçou a intenção da Câmara de investir mais recursos em obras futuras. -----

Quanto à Cultura, destacou a distinção de Santa Maria da Feira como Cidade da Gastronomia pela UNESCO e a relevância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nessa área. Defendeu a importância de continuar este trabalho, especialmente no contexto do orçamento municipal, que se baseia na arrecadação de impostos como o IMI e o IMT, comentando que o aumento dessa receita advém do crescimento do número de apartamentos e empresas no Concelho. -----

Sobre a descentralização, apontou que, apesar do bloco financeiro recebido, subsistem dificuldades em alcançar um crescimento harmonioso. Defendeu a necessidade de repensar tanto as juntas de freguesia como as câmaras municipais, argumentando que décadas de criação de estruturas desnecessárias, as chamadas “prateleiras”, precisam de ser revistas. Criticou os atrasos gerados por sucessivos governos e apelou a uma nova abordagem, mais eficaz, para enfrentar os problemas. -----

Concluindo, destacou a coragem do atual Executivo em priorizar projetos como o túnel da Cruz em detrimento da construção de um novo edifício camarário, decisão que considerou louvável e um exemplo de gestão estratégica focada nas reais necessidades da população. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entendesse, mas, nesse instante, o membro Carlos Martins pediu a palavra para fazer um



Handwritten signature
Handwritten signature
Handwritten signature

ponto de ordem à Mesa, o que lhe foi concedido. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) disse que o Sr. Presidente da Câmara deve responder quando são colocadas questões à Câmara, ressaltando que os Partidos fizerem intervenções políticas sobre o Plano e o Orçamento e que o PSD também teve oportunidade de o fazer, comentando que a Câmara não tem de intervir neste âmbito, o que faz, de forma recorrente, ou seja, aproveita o tempo de antena para fazer uma comunicação política, do que discorda. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** disse que a Mesa ouviu a opinião do membro Carlos Martins, mas que nada impede que, no final da discussão, o Sr. Presidente da Câmara faça as considerações que entender fazer, passando-lhe a palavra para o efeito. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse ser com espanto que assistiu a esta intervenção do membro Carlos Martins, comentando que seria fácil alegar que nada tem para dizer, mas seria, certamente, criticado por isso. Afirmou não perceber esta intervenção do ponto de vista da maturidade democrática, nem percebe a avaliação dos outros partidos feita pelo membro Carlos Martins, falando em nome deles, esquecendo que, por exemplo, a CDU questionou sobre a localização da interface de transportes, sobre as verbas para a Indaqua, assim como sobre a certificação energética. Salientou que, coisa diferente é que o deputado Carlos Martins tenha entendido fazer um discurso político, e está no seu direito, mas que afirme que todos os outros não fizeram perguntas, já é extravasar. Assim, disse não perceber porque é que se quer coartar a participação e as explicações da Câmara, pois, geralmente, é contrário, mas se for esse o entendimento, que a Câmara não seja escrutinada, que também está confortável com isso. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** interveio, salientando que o Sr.

Handwritten marks and signatures in the top left corner.



Presidente da Câmara lhe pediu a palavra e que lhe deu, em cumprimento do regimento, registando que neste não encontra tal impedimento.-----

Posto isto, o **Sr. Presidente da Câmara** aludiu ao facto de ter sido apresentado um orçamento que é o reflexo daquilo que foi proposto fazer para a população de Santa Maria da Feira, alinhado com as prioridades que o Executivo considera serem as principais para o Município e reconhecendo, como naturais, as discordâncias relativamente ao mesmo. -----

Referindo-se à intervenção do membro Carlos Cunha, esclareceu que existem dois interfaces no concelho, um já construído e outro previsto para uma zona próxima do Pingo Doce, na cidade de Santa Maria da Feira, junto às bombas de gasolina. Indicou ainda que, nessa área, está planeada a criação de um polo de saúde de grande dimensão, o que justifica a necessidade de reforço dos transportes públicos.-----

Sobre os 9 milhões de euros previstos no orçamento, esclareceu que o contrato de concessão com a Indagua e o respetivo plano de investimentos já foram cumpridos, tendo as metas contratuais sido ultrapassadas, dando nota que, doravante, qualquer nova iniciativa terá de ser realizada por iniciativa própria ou em articulação com a Indagua. Indicou que o compromisso consiste em alocar fundos do orçamento municipal e fundos europeus para melhorar os indicadores já muito elevados, para, dos atuais 98% de cobertura de água, chegar aos 99%, e passar dos 97% para os 98% no respeitante ao saneamento. Acrescentou que parte da verba será direcionada para revisões nas ETAR e reservatórios, enquanto nas freguesias continuam os trabalhos de extensão das redes de água e saneamento. -----

No que respeita às certificações energéticas, informou que novos projetos estão a ser implementados e que, nos edifícios municipais, incluindo escolas, têm sido feitas intervenções para melhorar a eficiência energética. Destacou que as novas construções já cumprem os certificados exigidos, aumentando a eficiência energética em 20%, e que estão a ser feitas retificações noutras escolas para responder a essa temática. -----



Handwritten signature
Ana Cunha
[Signature]

Relativamente aos subsídios às associações de bombeiros, discordou das críticas apresentadas, sublinhando que a Câmara atribui apoios ordinários às corporações de bombeiros e que, recentemente, foi aprovado um apoio extraordinário de 200 mil euros. Indicou que as corporações dispõem de Equipas de Intervenção Permanente (EIP) e que estão em curso negociações para que tenham mais dessas equipas. Enfatizou que as três corporações do concelho são altamente operacionais, o que é dito pelo próprio comando distrital, e que existe um ótimo relacionamento entre a câmara e as corporações no âmbito da proteção civil. Garantiu ainda que a autarquia está atenta às necessidades dos bombeiros e que o apoio prestado tem sido reconhecido pelos comandos e presidentes das corporações.-----

Sobre a ETAR da Remolha informou que a mesma tem apresentado problemas, dos quais esta Assembleia já tomou conhecimento. Referiu que há um projeto feito pela concessionária e que a ideia é fazer uma requalificação assim como a construção de um sistema de bombagem, acrescentando que se avançará para a fase de construção.-----

Relativamente ao edifício do Tribunal mencionou que tem sido um tema recorrente de discussão, sublinhando que a responsabilidade pela sua gestão cabe ao Estado Português. Destacou que a Câmara se disponibilizou para elaborar o projeto, tendo recentemente recebido autorização para o efeito e que será assinado um protocolo para viabilizar este avanço. Reforçou que este passo não é um imagine-se, é um passo concreto, é um protocolo que vai ser assinado que resulta de muita persistência, tal como é concreta, a questão da requalificação integral da entrada da cidade, também da responsabilidade do Governo, frisando que essa é outra área onde a autarquia tem promovido avanços, nomeadamente através do lançamento do concurso para a contratação dos projetistas.-----

Em resposta ao membro Daniel Gomes o Sr. Presidente referiu que, nos últimos 25 anos, o país teve, maioritariamente, governos socialistas, com 18 desses anos sob a governação desse partido. Referiu que o agora líder do

M
Araújo
G



Partido Socialista, quando era Ministro das Infraestruturas, podia ter realizado projetos relevantes para o concelho, como o túnel da Cruz, a construção do tribunal e a modernização da linha do Vale do Vouga, mas optou por não o fazer. -----

Em relação à intervenção do membro Carlos Martins, afirmou concordar em parte com as observações apresentadas, mas criticou o que considerou ser um discurso que se aproximava do populismo. Esclareceu que as verbas da descentralização são insuficientes, pelo que não se use esse argumento para dizer que as câmaras têm muito dinheiro, sublinhando que a Câmara investe anualmente na educação valores que acabam por a deixar credora do Estado em cerca de 1,2 milhões de euros, todos os anos. Informou ainda que estão a ser contratados mais assistentes operacionais para as escolas e que as intervenções relacionadas com a remoção de amianto estão a ser realizadas nas escolas recebidas do Estado, estando-se a fazer os projetos de execução para o efeito, pois as municipais já não possuem este problema. Ressalvou que o próprio Estado, que impôs às câmaras a remoção do amianto, não cumpriu com as regras da remoção de amianto nas escolas que tinha sob sua alçada. -----

Contestou também a ideia de que as juntas de freguesia recebem menos financiamento do que a empresa municipal Feira Viva, afirmando que as juntas recebem, objetivamente, mais. Rejeitou também as críticas de que há paternalismo e políticas de gosto no Município, frisando que nunca foi diretor artístico de nenhum projeto da Câmara, mesmo no período em que foi vereador da Cultura. -----

O Sr. Presidente, referindo-se ao membro Eduardo Couto, começou por esclarecer, com toda a simpatia, que o Casimiro não era de Santa Maria da Feira. Relativamente à referência ao “imaginem”, salientou que essa intervenção não é original, que já foi realizada anteriormente, mas frisou que não trabalha com meras suposições. Destacou que a sua abordagem assenta no trabalho persistente, lidando com assuntos que, frequentemente,



Handwritten signature and initials

avançam um passo, mas recuam dois ou três, exigindo tempo e persistência para serem resolvidos. Reiterou que desenvolver projetos e liderar, seja neste concelho ou em qualquer outro, e até mesmo no país, é um verdadeiro teste de resistência e persistência. -----

Afirmou que não pode aceitar, e nunca aceitará, o que aconteceu com a escola secundária no Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, recordando que o BE, apoiado pelo PCP e pelo PS, terminou com aquela escola, passando-se de três escolas secundárias para duas no Concelho, um facto que classificou como histórico. Acrescentou que, agora, exigir uma nova escola secundária significa dizer ao Sr. Ministro da Educação que ela é precisa, reconhecer a necessidade e trabalhar para a concretizar. -----

Indicou que está a ser desenvolvido um projeto em Paços de Brandão, o qual prevê a ampliação para 22 salas destinadas ao ensino secundário, a requalificação integral do pavilhão e a criação de laboratórios para esse nível de ensino. Salientou que a intenção é eliminar qualquer argumento que um governo possa utilizar para inviabilizar a criação de mais uma escola secundária, uma vez que continua a ser necessária. Sublinhou que, no entanto, já houve um retrocesso, do qual responsabilizou os intervenientes políticos mencionados. -----

Num tom irónico, sugeriu imaginar um cenário em que o “Casimiro” fosse do concelho de Santa Maria da Feira, e este, fosse governado por um presidente do Bloco de Esquerda. Afirmou que, nesse caso, o Casimiro teria emigrado, pois o concelho é feito de gente trabalhadora, com iniciativa privada, e, portanto, não teria lugar no concelho. -----

Referiu, ainda com simpatia, que o discurso apresentado pelo membro Eduardo Couto segue uma cartilha, que poderia ser aplicada não só a Santa Maria da Feira, mas também a outros concelhos, como Oliveira de Azeméis, bastando alterar alguns detalhes antes de a ler.-----

De seguida, aludindo à intervenção do membro Daniel Gomes, afirmou que o debate, sobre mais investimento privado e público, merece ser realizado,

Ana Cunha
[Signature]



pois é precisamente isso que a autarquia propõe. Discordou, contudo, da ideia de que o Concelho tem fracos acessos, pois tem 11 nós rodoviários. --- Sobre a afirmação de que o Concelho tem taxas de insucesso grandes na Educação, destacou o trabalho significativo realizado pelos profissionais para melhorar a educação no Concelho, retirando-o de uma situação crítica nesse domínio. Sublinhou que, ao comparar os dados gerais disponíveis, Santa Maria da Feira apresenta resultados positivos. ----- Sobre dizer-se que o PSD se eterniza, contestou essa ideia, explicando que o partido não se cristaliza nem se perpetua no poder, mas adapta-se e respeita os princípios democráticos. Argumentou ainda que o equilíbrio no tempo de intervenção parlamentar reflete o respeito por esses princípios, mesmo quando partidos com um número reduzido de eleitos têm o mesmo tempo de intervenção que partidos com maior representatividade. ----- Sugeriu analisar a taxa de retenção e desistência escolar no concelho como indicador de sucesso educativo, apontando que, em comparação com a Área Metropolitana do Porto e com o resto do país, Santa Maria da Feira apresenta dados positivos. ----- Referiu também que o Concelho continua a atrair investimentos significativos, mencionando o caso da Forvia Faurecia que prevê a criação de 950 novos postos de trabalho, dos quais cerca de 800 serão ocupados por engenheiros, questionando se isso é negativo e se é fazer mal. Destacou que o território continua a receber investimentos e a atrair pessoas, refutando que isso se deva a uma política fiscal elevada ou a condições desfavoráveis. Referindo-se à zona industrial do Roligo, reconheceu a importância de abordar o tema e recordou que, há dois anos, se discutia a zona industrial do Casalinho. Salientou que já explicou, em várias ocasiões, o plano em curso no respeitante às zonas industriais, mas que, depois, o acusam de estar a fazer propaganda. Esclareceu que a estratégia para as zonas industriais é clara, mencionando que a requalificação da zona industrial do Casalinho já foi realizada, que está em curso a requalificação da zona



ds
Acunha

industrial de Escapães e a de Arrifana, e foi lançado o estudo prévio para a requalificação da zona industrial do Roligo. Mencionou ainda a expansão e reorganização das zonas industriais como parte de um plano abrangente de desenvolvimento. -----

Afirmou estar plenamente tranquilo com o programa apresentado, reiterando que cada orçamento reflete a execução de parte desse programa. Enfatizou que quem decide sobre a continuidade do trabalho da autarquia é o povo, através das eleições, e que perante esse julgamento, a Câmara assumirá com transparência o que conseguiu ou não cumprir e realizar. ---
O Sr. Presidente da Câmara concluiu reconhecendo que este orçamento não resolverá todos os problemas do Concelho, mas reforçou o compromisso de continuar a trabalhar para os superar, assegurando que esse esforço não será abandonado. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** reforçou que esta Assembleia é a casa da democracia, sublinhando que respeitar as diferentes opiniões é um dos seus pilares fundamentais. Enfatizou que a Mesa tem procurado garantir a todos os partidos o direito aos tempos de intervenção previstos no regimento, promovendo assim um debate justo e inclusivo.-----

Mencionou que, naquele espaço, os partidos têm e devem ter a liberdade de expressar as suas opiniões, propostas e ideias, afirmando que, embora outros partidos e a própria Mesa possam não concordar ou não gostar do que é dito, é essencial ouvir e respeitar essas opiniões. Apelou à coerência democrática, sublinhando que a verdadeira prática da democracia não se limita a proclamar que aquele é um espaço democrático, mas implica estar disposto a ouvir, mesmo que as opiniões exprimidas sejam divergentes.-----

O membro **Carlos Martins** (IL) pediu a palavra, o que lhe foi concedido, e, após expressar o respeito pessoal que tem pelo Sr. Presidente, disse que aquilo que quer chamar a atenção é para a necessidade de respeitar uma

Handwritten signature and initials in the top left corner.



regra fundamental da Assembleia. Explicou que, normalmente, a Câmara Municipal apresenta um documento, os partidos debatem o conteúdo e, caso surjam dúvidas ou questões, estas são dirigidas à Câmara, a qual esclarece. Apontou que o que se tem observado é que a intervenção da Câmara assume frequentemente um carácter político, acabando por substituir o PSD que está representado na Assembleia, fazendo intervenções de natureza mais política. Disse considerar legítimo que a Câmara o faça, que dá de barato que as respostas da Câmara resvalem para o campo político, mas reiterou que o princípio a ser seguido não é o da Câmara ter sempre a intervenção final, após as intervenções feitas pelos partidos. Concluiu reforçando que esse procedimento habitual é, na sua perspetiva, o que está incorreto. -----

O membro **João Cunha** (PSD) pediu a palavra, que lhe foi concedida, dizendo que sobre a questão recorda o disposto no artigo 26.º do regimento, que o próprio membro Carlos Martins aprovou em sede da Comissão Permanente. Referiu que este artigo define as regras de uso da palavra para discussão da ordem do dia, e que o mesmo prevê, em relação à discussão do plano e orçamento, que é assegurado a cada partido, coligação, frente de partido ou grupo de cidadãos com assento na Assembleia, e à Câmara Municipal, o tempo de quinze minutos para intervir. -----

Sairam, no decorrer da discussão deste ponto, os membros Rui Ribeiro, Valdemar Silva e Célia Soares. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, com 34 votos a favor (PSD:30, PS:3 – Rui Rios, Vera Silva e Francisco Andrade, IND:1 – Manuel Melo), 13 votos contra (PS:11, BE, IL) e 3 abstenções (CDS-PP, CDU, IND:1 – Miguel Branco), aprovar a proposta das Opções do Plano e do Orçamento Municipal para o ano de 2025. -----



il
tracinho
[Signature]

Reentrou o membro *Célia Soares*. -----

Saíram os membros *Lécio Dias e António Valdemar Ribeiro*. -----

4 – Informação do Auditor Externo – 1.º semestre de 2024 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que manifestou a intenção de fazer um pedido de esclarecimento relacionado com um parágrafo do relatório. Para tal, citou o seguinte trecho: “No desenvolvimento dos trabalhos sobre o 1.º semestre de 2024 constatamos persistir uma insuficiência de recursos humanos na divisão financeira, com a experiência e qualificações necessárias às respetivas funções, facto que já vem identificado desde o exercício de 2023. (...) Consideramos relevante alertar para esta situação, uma vez que poderá comprometer a qualidade, rigor e a tempestividade da informação contabilístico-financeira do município e, bem assim, ter implicações significativas no fecho de contas de 2024”. -----

Concluindo, questionou que medidas ou ações o Município tomou ou tenciona tomar face a esta informação do auditor financeiro. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (IND), que referiu que, com base no trabalho de auditoria às contas municipais, surgem várias questões sobre algumas rubricas e subcontas que apresentam variações relevantes, bem como observações que justificam comentários mais detalhados. -----

Referiu que a rubrica referente à Iluminação Pública e Eletricidade teve um aumento muito significativo em relação ao período homólogo, questionando qual o motivo para tal acréscimo. Perguntou se não se tinha anunciado, no

M
Ana Cerebe
P



executivo anterior, que toda a iluminação pública seria mudada para a tecnologia LED, o que deveria resultar numa redução dos custos. Questionou ainda, tendo havido investimento na transição para iluminação LED, quais são os impactos reais na redução de custos.-----

De seguida, aludindo à rubrica Outros Trabalhos Especializados e Outros Serviços, pediu explicações sobre o que está incluído nas subcontas “outros trabalhos especializados” e “outros serviços”, questionando ainda quais os serviços contratados e os montantes envolvidos. -----

No respeitante aos Fornecimentos de Refeições e Serviços Sociais, referiu que houve um aumento significativo na rubrica de refeições escolares fornecidas pela Unicef, perguntando se este acréscimo está relacionado com a inflação ou se houve alguma alteração contratual que justifique os novos valores. -----

Concluindo, e a respeito das rendas de habitação social, questionou o que está a ser feito para controlar os custos e melhorar a gestão deste setor, uma vez que existem várias habitações sociais desocupadas. -----

Usou da palavra a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a qual respondeu à questão colocada pela deputada Susana Correia sobre a insuficiência de recursos humanos na divisão financeira mencionada pelo auditor, confirmando a necessidade de reforçar o número de pessoas qualificadas na área da financeira. -----

Referiu ainda que um segundo aspeto a considerar era o facto de ter sido aberto um concurso público de recrutamento para colmatar essa carência, no entanto, mas nem todos os concorrentes detinham as qualificações necessárias, reportando que dos 30 candidatos apenas quatro tinham obtido nota positiva na prova. Salientou a dificuldade em recrutar profissionais adequados, mas assegurou que estavam a ser feitos esforços para reforçar a equipa, a qual, apesar disso, ao longo dos anos, sempre realizou a prestação



Handwritten signature
João Cunha
P

de contas e acompanhou a execução do orçamento. Por fim, ressaltou que o Município se mantivera sempre nos lugares cimeiros, também, devido ao rigor com que essa equipa trabalhava. -----

Fez notar que a equipa, de facto, estava sobrecarregada, acrescentando que, desde setembro, a mesma tinha estado a trabalhar todos os fins de semana, o que, como era lógico, não poderia prolongar-se por mais tempo, crendo que, a curto prazo, seriam bem-sucedidos no processo de recrutamento de pessoal, estabilizando a equipa. -----

Informou, em relação às questões levantadas pelo membro Miguel Branco sobre os custos com a eletricidade, que se tratava de uma comparação com um período homólogo, e explicou que, no ano passado, houve um problema na faturação que só foi regularizado no segundo semestre. Disse que, como resultado, ao se analisar as contas semestrais, há uma perceção de volatilidade, o que dá a impressão de um aumento exponencial, acrescentando que, no entanto, apenas no final do ano será possível apurar se, de facto, há um aumento real nos custos da eletricidade. -----

Confirmou que a transição para a iluminação LED resultou numa redução nos custos e quanto à rubrica de “Outros Trabalhos Especializados”, admitiu, de momento, não saber exatamente o que ela inclui, mas posteriormente esclareceria a dúvida. -----

Informou que o aumento na rubrica do fornecimento de refeições se deve, não só ao aumento do número de refeições servidas, mas também ao aumento do valor unitário por refeição, acrescentando que se tratou de uma decisão da Câmara, que optou por investir na qualidade do serviço prestado aos alunos, daí o impacto financeiro. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento da informação em referência. -----

Ana Cunha
P



5 – Mapa de Pessoal 2025 e manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

O membro **Eduardo Couto** (BE) interveio, afirmando que, por uma questão de divergência ideológica e posição política, o BE defende que o suplemento de Penosidade e Insalubridade seja aplicado a todos os trabalhadores da carreira geral de assistente operacional. Comentou ainda que esta é, de facto, uma questão política. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) usou da palavra para deixar o mesmo alerta que já tinha sido feito no ano anterior. Considerou que não faz sentido tratar, no mesmo ponto, o mapa de pessoal e a manutenção do suplemento de penosidade e insalubridade, argumentando que, por se tratar de assuntos distintos, o grupo municipal do PS gostaria que fossem votados de forma separada. -----

Mencionou que, ao analisar o mapa de pessoal, encontrou pelo menos 8 divisões e gabinetes sem postos de trabalho ocupados, o que lhe causa alguma preocupação. Disse que entre as divisões e gabinetes mencionados estão a divisão de infraestruturas tecnológicas, o gabinete de parque escolar, o gabinete de edifícios e equipamentos, o gabinete de edifícios de habitação, o gabinete de rede social e inovação, o gabinete de intervenção social e comunitária, o gabinete de gestão do património habitacional e o gabinete de promoção e manutenção da habitação. Destacou, por outro lado, que a divisão de comunicação, relações-públicas e internacionais tem 14 lugares ocupados. Ressaltou que, embora compreenda a prioridade definida pela



Handwritten signature and initials.

Câmara, não entende como é possível que algumas divisões, como as que elencou, não tenham postos de trabalho ocupados, enquanto a divisão de comunicação tenha 14 postos preenchidos. -----

Concluindo a sua intervenção questionou se estão a decorrer concursos para ocupar os postos de trabalho nas divisões e gabinetes que havia mencionado anteriormente, dada a ausência de postos ocupados.-----

O **Sr. Presidente da Câmara**, em resposta à deputada Susana Correia, reconheceu que, de facto, no próximo ano, quem instruir o assunto deverá separar as duas situações, o mapa de pessoal e o suplemento de penosidade e insalubridade. Afirmou que a Câmara não tem objeções a que a Assembleia vote esses pontos separadamente.-----

Em relação à intervenção do membro Eduardo Couto comentou que o mesmo já havia respondido, ao afirmar que se trata de uma questão ideológica, algo que compreende. Salientou que a Câmara está a aplicar a lei, mas também está disponível para dialogar sobre a questão. Por fim, pediu à Vereadora Sónia Azevedo para prestar esclarecimentos às demais questões abordadas. -----

A Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, explicou que a macroestrutura do Município foi pensada e desenvolvida em consonância com as necessidades dos serviços, tendo sido criadas unidades orgânicas flexíveis ajustadas à organização e às exigências, ao tempo, identificadas. Relativamente à divisão ligada à informática, referiu que a estrutura está centralizada no diretor de departamento, o qual optou por manter toda a equipa sob sua gestão, razão pela qual as divisões não estão ocupadas por dirigentes intermédios.-----

Esclareceu que, quando os postos de chefia não estão ocupados, a responsabilidade pela gestão das equipas é assumida por um nível hierárquico superior, como o chefe de divisão e o diretor de departamento.

M
Sra. Cunha
P



Além disso, sublinhou que, em pelo menos um dos casos referidos, foi realizado um concurso, mas os candidatos não reuniram as condições exigidas para exercer funções de liderança. Concluiu que as ausências de cargos de chefia estão diretamente relacionadas à forma como a estrutura foi desenhada.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia informou que, conforme acordado, iria dividir o ponto em duas votações, fazendo uma votação para o Mapa de Pessoal para 2025 e outra para a manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade.-----

Mapa de Pessoal para 2025:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD:29, PS:3 – Rui Rios, Vera Silva e Francisco Andrade, IND:2) e 14 abstenções (PS:11, BE, CDS-PP, CDU), aprovar a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2025, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

Manutenção do Suplemento de Penosidade e Insalubridade:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor (PSD:29, PS:14, CDS-PP, IL, CDU, IND:2) e 1 abstenção (BE), aprovar a manutenção da atribuição de um Suplemento de Penosidade e Insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional para o ano de 2025, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

O membro **Eduardo Couto** (BE) fez chegar à Mesa declaração de voto, por escrito, com o seguinte teor:-----

“O Bloco de Esquerda apresenta este sentido de voto pois acredita que todos os trabalhadores e trabalhadoras do município deveriam ser abrangidos por este direito laboral.”-----



Handwritten signature
Sra. Cunha
Handwritten signature

Reentrou o membro *Lécio Dias*. -----

Saiu o membro *Armando Teixeira*. -----

6 – Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----

7 – Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A.-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam apreciados em conjunto. Mais informou que o Sr. Presidente da Câmara não participa na discussão do ponto n.º 6, tema cometido à Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**. -----

A **Sra. Vereadora Sónia Azevedo** apresentou o ponto n.º 6 – Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** apresentou o ponto n.º 7 – Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

O membro **Eduardo Couto** (BE) interveio, afirmando que, por uma questão de coerência e por princípio, o BE se opõe, à criação de empresas municipais, como é o caso da Feira Viva. Disse que, segundo o seu entendimento, essas empresas acabam por diminuir o escrutínio público em áreas que deveriam

Ana Cunha
[Signature]



estar sob a responsabilidade direta do Município. Referiu que, por essa razão, o BE votaria contra a proposta de Contrato-Programa a celebrar com a Feira Viva, e, pela mesma razão, também se oporia à proposta de Contrato-Programa a celebrar com a Sociedade de Turismo. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) interveio, abordando o contrato-programa da Feira Viva, que define a prestação de serviços públicos por parte de uma empresa municipal. Explicou que, ao fazê-lo numa ótica social, a empresa prescinde de uma remuneração comercial, mas que, em termos de gestão, surge um défice entre as receitas e as despesas da empresa. No entanto, sublinhou que, do ponto de vista jurídico, não há problema algum, embora, do ponto de vista filosófico da gestão, esse défice precise de ser compensado com um suprimento, algo que ele considera aceitável, desde que seja assumido. -----

Destacou também os esforços feitos para reduzir a dependência financeira da Feira Viva, que passou de 34% para 28%, mas chamou a atenção para o aumento significativo do volume de negócios, que cresceu 28%, passando de 5,4 milhões de euros para 7 milhões de euros. Mencionou ainda o crescimento de 48% no Europarque, um aumento de 2,8 para 3,3 milhões de euros, na gestão de eventos e um crescimento de 33% nos equipamentos desportivos. Contudo, apontou que não havia uma descrição detalhada de como esses números foram alcançados, questionando a administração sobre como são sustentadas essas taxas de crescimento elevadas. -----

Em relação à Sociedade de Turismo, saudou a hipótese, já elencada, de fusão entre as duas empresas municipais, admitindo não ser este o momento mais oportuno para discutir o assunto. Destacou que a Sociedade de Turismo foi criada para gerir um ativo turístico, as Termas. Contudo, com a evolução das competências do Município nas áreas da Educação e da Saúde, sublinhou que é crucial ter um ativo que permita trabalhar na sensibilização e promoção de hábitos saudáveis, além de contribuir socialmente para essas



Ma Cunha
P

áreas. Concluiu dizendo que, ao considerar a hipótese da fusão, não se deve perder de vista a importância do lado da investigação e do alcance social, aspetos a preservar na reestruturação das empresas. -----

O membro **Carlos Cunha** (CDU) interveio, e abordando o contrato-programa a celebrar com a Feira Viva, questionou o Executivo sobre a possibilidade de alargar o acesso gratuito à natação para alunos de outros anos e níveis de ensino, não se limitando apenas ao 4.º ano de escolaridade. -----

Em relação ao espaço termal, reconheceu que se trata de um serviço de qualidade, mas lamentou que, do ponto de vista financeiro, continue a ser inacessível para a maioria dos feirenses. -----

O membro **Miguel Branco** (IND) interveio, começando por assinalar que a empresa municipal Feira Viva completou, no passado dia 24 de novembro, 24 anos desde a sua fundação, atingindo, a seu ver, a sua maturidade. Considerou que este seria o momento ideal para reavaliar a relação da empresa com o município, especialmente, no que se refere às transferências financeiras. Questionou assim se não seria possível permitir que a Feira Viva funcionasse de forma mais autónoma, reduzindo a sua dependência das verbas municipais e se a Câmara tem um plano para redirecionar parte dos fundos, atualmente transferidos para esta empresa, para outros equipamentos ou serviços municipais. -----

Aproveitou ainda para questionar sobre a data de inauguração da piscina de Canedo, uma obra cuja construção foi realizada pelo município. -----

Salientou que, ao longo dos anos, o Europarque foi visto como um “elefante branco”, mas que, atualmente, é um equipamento que começa a gerar receitas e a afirmar-se como um espaço essencial para o município. Reconheceu os sucessos alcançados pela Feira Viva e a sua contribuição para o dinamismo social e cultural do Concelho, mas acredita que é chegada a altura de reavaliar o modelo de financiamento e gestão, permitindo à Feira

Handwritten signature/initials in the top left corner.



Large handwritten signature on the left side of the page.

Viva alcançar maior autonomia, enquanto se direcionam os fundos municipais para outras áreas prioritárias.-----

Destacou, em relação às termas, que não são apenas espaços dedicados a tratamentos convencionais de saúde, mas que se transformaram em locais voltados para o bem-estar, beleza e qualidade de vida. Enfatizou o grande potencial de Caldas de São Jorge, onde se combina luxo com a envolvente dos passadiços e a natureza, ampliando a oferta de tratamentos termais e explorando novas áreas para atrair um público mais diversificado.-----

Reconheceu o esforço da Câmara Municipal no desenvolvimento de programas como o Programa Termal Sênior, o Programa de Bem-Estar Mental e o Programa Termas para Quem Cuida. Reafirmou que estes projetos são importantes e que se deve aproveitar ainda mais o potencial das Caldas de São Jorge para fortalecer a oferta de turismo de bem-estar e saúde.-----

Concluindo, sublinhou a necessidade de investimentos estruturais nas termas, propondo a criação de um hotel que permita aos atuais trabalhadores, que enfrentam uma situação de precariedade com contratos de 9 meses, garantir trabalho durante os 12 meses do ano, evitando que sejam obrigados a recorrer ao subsídio de desemprego durante os 3 meses de inatividade.-----

O membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) afirmou que o edifício termal é uma referência no território e um motor de desenvolvimento para a região. Destacou o investimento feito pelo Município nas Termas e sublinhou a importância de continuar a apostar na sua divulgação e na melhoria das condições do espaço.-----

Em relação à subsidiação da Feira Viva, apontou que os 30% de dependência financeira ainda são uma margem considerável, alertando para a necessidade de manter atenção e rigor, pois, apesar de estar dentro da legalidade, representa uma quantia significativa.-----



Aracelis
[Signature]

Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) expressando que, para o PS, não parece haver uma diminuição significativa da dependência da Feira Viva, observando que, embora a percentagem tenha diminuído de 34% para 28%, o valor real do subsídio de exploração entregue pelo Município à empresa municipal não acompanha essa redução de forma proporcional. Saliou que a redução de 69 mil euros, num total de quase 3 milhões de euros por ano, não é tão representativa quanto se poderia esperar e que, em termos práticos, não há uma redução relevante. Disse que o que seria significativo, na sua opinião, seria uma diminuição no montante anual de 3 milhões de euros. Comparou os valores, observando que, em 2019, o subsídio à exploração era de 1 milhão e 700 mil euros e, hoje, é de 3 milhões de euros. Concluindo, afirmou que a dependência da Feira Viva continua a ser a mesma e, por isso, o grupo municipal do PS votaria contra esta matéria. ---

Interveio a deputada municipal **Fátima Oliveira** (PS) comentando que, no caso da Sociedade de Turismo, a situação não apresenta melhorias significativas, mas também não piora, mantendo-se dentro de uma estratégia estática, sem grandes mudanças ao longo dos anos, mesmo com a introdução da comparticipação dos tratamentos termais. -----

Refletindo sobre o que o PS tem defendido em relação a essa matéria, destacou dois pontos, sendo um deles a possibilidade de fusão entre a Feira Viva e a Sociedade de Turismo, a qual deve ser cuidadosamente avaliada, pois potencia sinergias, particularmente na área da comunicação, onde a Feira Viva é bastante forte e poderia contribuir para alavancar a Sociedade de Turismo. -----

Abordou outro ponto importante, na perspetiva do PS, que é a questão da unidade hoteleira, perguntando se a Câmara tem feito algum esforço na procura de potenciais investidores. Além disso, questionou se há alguma reflexão sobre a criação de novas atrações na gestão e exploração turística, sugerindo que isso poderia ser uma forma eficaz de atrair investimentos. ---



Reiterou que o PS continua a defender a necessidade de um roteiro turístico diversificado, bem como uma divulgação mais eficaz da marca associada às termas, de forma mais sólida e abrangente. Destacou que a ideia é explorar novas áreas que possam dar um novo impulso ao equipamento termal, que já é considerado muito rico. -----

Concluindo a sua intervenção, destacou a importância de eliminar a sazonalidade dos empregos nas Termas, propondo garantir a sua operação ao longo de todo o ano, oferecendo estabilidade aos trabalhadores e garantindo a continuidade das atividades.-----

O membro **Rodolfo Castro** (PSD) iniciou a sua intervenção comentando que conhece várias pessoas chamadas Casimiro, destacando que muitos delas são felizes em Santa Maria da Feira. Comentou que apenas aqueles com amarras ideológicas encontram dificuldades em serem felizes. -----

Sobre o assunto das habilidades, referiu que se deve destacar o trabalho da Feira Viva nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à transformação do Europarque, que foi considerado por muitos um edifício falido, mas que se transformou num centro de excelência, o que demonstra a competência da Feira Viva. -----

Ressaltou, ainda, o caso do Zoo de Lourosa, que, ao inovar e adotar uma nova imagem, conseguiu atrair novos públicos, configurando-se como um equipamento relevante na região, contribuindo para o dinamismo e visibilidade de Santa Maria da Feira. -----

Destacou a crescente adesão às piscinas municipais, enfatizando que não há reclamações quanto à sua gestão. Ressaltou ainda eventos culturais importantes como o Perlim, o maior parque temático de Natal do país, e a Viagem Medieval, considerada um evento de dimensão e escala europeia. Frisou que muitos já têm o orgulho em afirmar que são da terra da Viagem Medieval, sublinhando que isso representa a identidade do município. -----

Expressou o seu desconforto com as críticas feitas à Feira Viva,



Sra. Cunha

particularmente no que diz respeito às comparações percentuais, sem reconhecer o impacto positivo da empresa municipal. Considerou injusto não valorizar todo o trabalho realizado pela Feira Viva, que, na sua opinião, tem gerado um grande impacto económico, cultural e social. Desafiou os presentes a criticarem, se assim o desejassem, mas que o fizessem com justiça, e pediu que apontassem outra empresa municipal no país que tenha gerido com um impacto tão significativo.-----

Reafirmou o apoio do seu grupo municipal ao trabalho da Sociedade de Turismo, destacando as várias iniciativas realizadas para promover a proximidade com a população. Mencionou, como exemplo, o Programa Termal Sénior, voltado para os idosos, e também as ações voltadas para crianças com problemas respiratórios.-----

Além disso, ressaltou os benefícios concretos desenvolvidos nos últimos anos, que têm sido abordados em diversas sessões desta Assembleia Municipal, designadamente, o esforço para tornar os tratamentos termais mais acessíveis a todos, garantindo um serviço de qualidade, independentemente das condições económicas das pessoas.-----

Usou da palavra a **Sra. Vereadora Sónia Azevedo**, explicando que a adequação do subsídio à exploração passa pela necessidade de se definir o que se pretende alcançar. Questionou se a intenção é manter os equipamentos, como as piscinas e pavilhões, acessíveis à população a preços mais reduzidos, ou se a estratégia é avançar para valores de mercado, o que, no caso da Feira Viva, permitiria a autossuficiência financeira. Disse que essa reflexão, na sua opinião, é crucial para definir a política de financiamento e a sustentabilidade dos serviços prestados.-----

Destacou a necessidade de ponderar as opções sobre o que se quer disponibilizar à população, como a prática de natação a preços acessíveis ou a manutenção de equipamentos como o parque ornitológico de Lourosa, equipamento sempre deficitário. Além disso, mencionou a abertura da

As Ceucho
P



piscina municipal de Canedo, um novo equipamento que gera grandes expectativas, mas cujas previsões de receita ainda são incertas. Ressaltou que, no contrato-programa, está prevista uma verba de 430 mil euros para esse equipamento.-----

Destacou que a reflexão sobre qual política adotar é fundamental, frisando que, na sua perspetiva, o objetivo deste Executivo é manter os equipamentos municipais acessíveis à população, com preços competitivos, de forma a garantir que todos possam usufruir dos mesmos.-----

Relativamente à questão do membro Carlos Martins sobre o cálculo das projeções, explicou que estas foram fundamentadas nos valores realizados até setembro de 2024. Referiu que, após uma análise detalhada do movimento nos primeiros nove meses do ano, as previsões para o próximo ano foram feitas com base em dados concretos. Esclareceu ainda que, no caso específico do Europarque, as reservas e marcações para 2025 já são uma realidade, o que transforma as estimativas em dados confirmados. ----

Sobre a questão do alargamento da natação a alunos de outros níveis de ensino, colocada pelo membro Carlos Cunha, esclareceu que, no momento, a medida abrange apenas os alunos do 4.º ano, sendo uma política da Câmara Municipal que visa incentivar a prática desportiva entre as crianças dessa faixa etária. Salientou que qualquer eventual alargamento da iniciativa dependerá de uma decisão política a ser tomada pela Câmara, e não pela empresa municipal. Afirmou ainda que, após a implementação do programa, será feita uma avaliação detalhada para ponderar a possibilidade de estender a oferta a outros níveis de ensino, de acordo com as necessidades e os resultados observados.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos sobre o Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., reconhecendo a posição do BE relativamente às Termas de S. Jorge, como uma postura de



M
Incunha
P

princípio. Destacou, ainda, o consenso que se formou em torno da discussão aprofundada da fusão das duas empresas municipais, sublinhando a importância dessa análise para o futuro. -----

Em relação à proposta do membro Miguel Branco sobre a construção de um hotel, o Sr. Presidente afirmou que a Câmara Municipal não tem como atribuição direta a construção de unidades hoteleiras, mas reforçou que está atenta e proativa na busca de potenciais investidores interessados em desenvolver projetos turísticos na região. Referiu que esta postura visa dinamizar a oferta de serviços e atrair investimento privado. -----

No que diz respeito aos benefícios para a população de Santa Maria da Feira, o Sr. Presidente ressaltou que estes estão claramente estipulados no contrato-programa, abrangendo várias camadas da população, desde os seniores até às crianças, com a intenção de promover o bem-estar e a acessibilidade. -----

Enfatizou, ainda, que a Câmara está comprometida em garantir que esses benefícios sejam concretos e alinhados com as necessidades de todos os feirenses, procurando sempre um equilíbrio entre a qualidade dos serviços prestados e a sua acessibilidade. -----

O membro **Carlos Martins** (IL) voltou a intervir, destacando que, na Região Centro de Portugal, todas as termas vão ser beneficiadas com um grande financiamento no âmbito do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE). Levantou a questão sobre a fusão das duas empresas municipais, questionando se, neste contexto, está considerada a possibilidade de algum tipo de financiamento adicional. Mencionou que não sabia se, na Região Norte, existe algum tipo de financiamento semelhante ao que está em curso no Centro de Portugal. ----

O **Sr. Presidente da Câmara**, em resposta, afirmou que, no momento, não tinha essa informação disponível. -----

Handwritten signature and initials



Prolongamento da sessão – artigo 14.º do Regimento

De seguida, a **Sra. Presidente da Assembleia** informou terem decorrido 4 horas desde o início da sessão, submetendo à consideração do plenário a questão do eventual prolongamento da sessão, em conformidade com o disposto no artigo 14.º do Regimento.

Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:2), prosseguir os trabalhos da sessão.

Assim sendo, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os pontos n.º 6 e 7, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6 – Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:28, IL, PS:3 – Rui Alves Rios, Vera Silva e Francisco Andrade, IND:1 – Manuel Melo), 13 votos contra (PS:12, BE) e 3 abstenções (CDS-PP, CDU, IND:1 – Miguel Branco), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 18 de novembro de 2024.

7 – Contrato-Programa para 2025 a celebrar entre o Município e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD:28, CDS-PP, IL, PS:3 – Rui Alves Rios, Vera Silva e Francisco Andrade, IND:1 – Manuel Melo), 13 votos contra (PS:12, BE) e 2 abstenções (CDU, IND:1 – Miguel Branco), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária de 18 de novembro de 2024.

Saiu o membro André Rocha.

8 – Contrato-Programa a celebrar entre o Município e a Associação



Handwritten signature
Handwritten signature

Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira para o ano de 2025 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

O membro **Marco Gonçalves** (PS) interveio, comentando que, no último concerto que assistiu, notou que havia pessoas com mais de 40 anos no palco, concluindo que a banda não é exclusivamente composta por jovens.- Em relação ao recrutamento de músicos, afirmou que os requisitos de admissão são os habituais, mas mencionou que a banda continua a enfrentar um défice de músicos em alguns instrumentos, recorrendo a músicos externos. Sugeriu que fosse feita uma análise, em parceria com academias oficiais e bandas filarmónicas, para investir especialmente nos instrumentos em falta, observando que muitos deles são, sendo difícil o investimento por parte dos encarregados de educação. -----

Destacou que seria ótimo se a orquestra e a banda sinfónica fossem compostas integralmente por músicos feirenses, reforçando a sua opinião de que músicos com 40 anos já não podem ser considerados jovens e sugerindo que deveriam pertencer a uma faixa etária mais jovem. -----

Em relação ao cálculo do subsídio à exploração, levantou uma dúvida acerca da atividade Academia de Verão, cuja despesa prevista para 2025 é de quase 39 mil euros, um aumento superior a 20 mil euros em comparação com 2024, sendo a receita prevista, por sua vez, 23.500 euros. Referiu que ao fazer os seus cálculos com base nas condições de 2024, concluiu que, mesmo com as condições ideais (alunos inscritos pagando o valor máximo de 60 euros e alunos externos e maestros convidados pagando 120 euros), a receita seria de apenas 7.000 euros. Questionou, portanto, o que mudará

João Coimbra
[Signature]



em 2025 para atingir a receita prevista.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) comentando a recente criação de uma instituição responsável pela gestão dos direitos de autor, que passa a exigir que as bandas filarmónicas e outras entidades de base popular paguem pelos direitos de reprodução de partituras, mesmo quando essas partituras são copiadas para o local da atuação. Destacou que, por exemplo, se a banda atuar na rua e deixar a partitura original na sede, será necessário pagar pela cópia que leva.-----

Sublinhou que esta nova medida pode representar um custo significativo para as bandas filarmónicas e outras estruturas musicais, que terão de pagar dezenas de milhar de euros por ano, o que pode até colocar em risco a continuidade de algumas delas. Questionou se o Município está a considerar este assunto e se há alguma forma de compensar ou inverter essa medida, caso o Governo avance com ela, para as estruturas musicais do concelho que serão afetadas.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para expressar satisfação por estar num concelho onde se discute a música, as bandas e os apoios destinados às mesmas, destacando que está contente com o trabalho de continuidade realizado nesse sentido.-----

Em relação à Orquestra e Banda Sinfónica, mencionou que a esmagadora maioria dos músicos são jovens, embora haja também músicos mais velhos, alguns dos quais provavelmente professores que tocam ao lado dos mais jovens, já que a orquestra é um projeto de formação. Afirmou que o objetivo não é ter 100% dos músicos de Santa Maria da Feira, mas sim receber músicos de outras localidades e apoiá-los na sua formação. Considerou que isso é uma prova de que o concelho se tornou um polo centralizador e difusor de talento, sendo reconhecido pelo mérito do trabalho desenvolvido. Reforçou que nunca houve qualquer problema em receber alunos de fora e



M
hoCunho
P

acredita que o projeto cresce com isso, tornando Santa Maria da Feira uma referência incontornável no ensino artístico da música.-----

Explicou que o valor da receita previsto está relacionado com a expectativa de um financiamento da DGArtes, o que justifica os 23.500 euros mencionados. -----

Quanto à questão levantada pelo membro Carlos Martins sobre os direitos de autor e o impacto nas bandas filarmónicas, o Presidente expressou a esperança de que o governo não siga por esse caminho. Caso isso aconteça, afirmou que a única solução será defender o património local, nomeadamente as bandas do concelho, e que será necessário compensá-las para que não sejam prejudicadas por essa medida. Reforçou que não haverá outra alternativa, pois, sendo este um investimento feito pela comunidade, deve continuar a ser mantido. Citou o exemplo da orquestra profissional sediada no Europarque, que está a alcançar um nível elevado e a percorrer o país e a Europa, sendo também apoiada pelo Ministério da Cultura.-----

Concluindo, o Sr. Presidente enfatizou que o Município alberga tanto uma orquestra de formação quanto uma orquestra profissional, destacando a importância de continuar a investir nas academias, bandas e escolas musicais. Ressaltou que não se pode desinvestir nesses projetos à primeira dificuldade que surja, pois o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido é fundamental para a cultura local e para o reconhecimento de Santa Maria da Feira como um centro de excelência na área da música. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 48 votos a favor (PSD:27, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:2), autorizar a celebração do contrato-programa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Regina Silva.-----



9 – Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Escapães para execução de obras de requalificação do edifício-sede -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual solicitou que fosse a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a apresentar o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) iniciou a sua intervenção afirmando que o grupo municipal do PS não está contra o apoio, mas expressou o desejo de ver algumas dúvidas esclarecidas antes de tomar uma posição. -----
Questionou a natureza da obra descrita no anexo I do caderno de encargos, especificamente a cláusula que menciona a substituição de tijoleira por mármore no piso, escadaria e a instalação de corrimão em tubular para fixar vidro. Destacou que essas ações não parecem estar relacionadas com a eficiência energética, por mais que possa haver alguma criatividade na interpretação, questionando assim se se trata de uma obra de requalificação ou de uma intervenção focada em eficiência energética, ou se ambas as vertentes estão envolvidas. Também perguntou sobre o valor alocado especificamente à eficiência energética e por que razão as obras de manutenção e requalificação são associadas a um projeto de eficiência energética, considerando que os documentos não indicam claramente essa associação. -----

Expressou a sua concordância com a necessidade de requalificação das infraestruturas das juntas de freguesia, seja por motivos de segurança ou conforto, mas enfatizou a importância de ser transparente sobre o tipo de obra a realizar. Sugeriu que, para garantir um apoio claro e compreensível, é fundamental definir claramente os objetivos e ser transparente na



stecunha
[Signature]

comunicação. Questionou se há um levantamento global das necessidades das juntas de freguesia em termos de manutenção, requalificação e eficiência energética, dado que a eficiência energética é um objetivo presente no Plano e Orçamento. Finalizou ressaltando que o grupo municipal do PS acredita que é dever de todos na Assembleia tornar os investimentos públicos mais transparentes, claros e objetivos, contribuindo assim para melhorar o índice de transparência do Município.-----

A **Sra. Vereadora Sónia Azevedo** esclareceu que a intervenção em questão vai além de uma simples abordagem de eficiência energética, envolvendo uma requalificação global dos espaços. Destacou que o título atribuído ao assunto é, na sua opinião, redutor, não refletindo a abrangência da intervenção, que procura melhorar, também, a acessibilidade e as condições dos edifícios das sedes das juntas de freguesia. -----

Relativamente ao levantamento das necessidades, explicou que esta questão é tratada diretamente com os presidentes de junta, pois a Câmara não realiza uma avaliação direta das condições das sedes das juntas. Destacou, no entanto, que foi comunicado às juntas de freguesia que a Câmara oferece um apoio de 50% no financiamento da reabilitação, abrangendo tanto a eficiência energética como as adaptações necessárias para garantir a acessibilidade e a mobilidade.-----

Por fim, sublinhou que a responsabilidade de avaliar a necessidade de intervenções cabe a cada presidente de junta, o qual pode propor à Câmara o apoio para obras, as quais serão analisadas e, se cumprirem os requisitos estabelecidos, serão apoiadas em 50%.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** destacou que a principal intenção da Câmara, ao oferecer esses apoios, é alcançar objetivos claros e alinhados com as preocupações da deputada municipal Lia Ferreira. Entre as prioridades da Câmara, estão a promoção da eficiência energética e a melhoria das

M
de curbe



condições de acessibilidade, elementos considerando essenciais nas intervenções de requalificação. No entanto, salientou que, além desses, existe uma necessidade premente de realizar obras de requalificação “normais” nos edifícios, sendo crucial que, durante estas obras, não se negligencie a implementação de soluções eficientes em termos energéticos e acessíveis.-----

Referiu que embora a Câmara não disponha de um levantamento exato das necessidades das sedes das juntas de freguesia, uma vez que esses edifícios não pertencem ao Município, tem observado um crescente interesse e preocupação por parte das juntas em relação às condições das suas sedes, o qual tem motivado cada vez mais pedidos de apoio. Destacou que inicialmente, os apoios eram mais direcionados à adaptação dos edifícios para garantir a acessibilidade, mas atualmente, as solicitações se têm inclinado para a melhoria da eficiência energética dos espaços.-----

Concluindo, o Sr. Presidente reafirmou que o objetivo da Câmara é precisamente apoiar as juntas de freguesia na requalificação dos seus espaços, assegurando que as intervenções contemplem tanto a eficiência energética quanto a melhoria da acessibilidade, de forma a modernizar e tornar mais sustentáveis os edifícios das sedes das juntas.-----

A deputada municipal **Lia Ferreira** (PS) questionou a clareza nos documentos apresentados, afirmando que, a partir deles, não consegue perceber qual será a obra de eficiência energética a realizar.-----

A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, **Minervina Rocha**, explicou que a obra prevista inclui a intervenção no telhado, nas caleiras e nas janelas. No entanto, a deputada municipal **Lia Ferreira** apontou uma discrepância entre os trabalhos mencionados no caderno de encargos e os esclarecimentos dados, sugerindo que isso precisaria ser corrigido, inclusive para fins de auditoria. Reforçou que o grupo municipal do PS não se opõe



M
Sra. Cunha
P

ao apoio, mas criticou a falta de clareza e transparência do processo. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que as intervenções no telhado, nas caixilharias e nos isolamentos térmicos estão diretamente relacionadas com a eficiência energética. Contudo, garantiu que, através dos serviços técnicos da Câmara, será revisto e corrigido o procedimento, se for o caso, uma vez que não pode haver qualquer tipo de erro. Propôs que a Assembleia vote o assunto em conformidade com os documentos apresentados, acrescentando que caso se verifique a necessidade de correção, o assunto retornará aos órgãos municipais, para retificação. Ressaltou ainda que as dúvidas levantadas pela deputada Lia Ferreira serão devidamente consideradas. -----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** referiu que iria submeter o assunto a votação e, de acordo com a informação disponível, cada membro vota em conformidade.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD:26, PS:15, BE, CDS-PP, IL, IND:2) e 1 abstenção (CDU), aprovar a atribuição à Freguesia de Escapães de um apoio financeiro, até ao valor máximo de 11.826,45 €, nos termos e condições propostos na deliberação camarária supraidentificada. -----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) fez chegar à Mesa declaração de voto, por escrito, com o seguinte teor:-----

“Na reunião da Sessão Ordinária de 29 de novembro de 2024, da Assembleia Municipal, o Grupo do Partido Socialista, discutido e votado o ponto relativo à “Atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Escapães para execução de obras de requalificação do edifício-sede”:

Na discussão do ponto o Partido Socialista identificou informação pouco

M
Incunle
Q



precisa relativamente ao âmbito da intervenção e respetivos trabalhos a realizar. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal sobre o exposto na Cláusula Técnica n.º 4 do Anexo I, referente à descrição técnica do serviço onde se encontra definido: -----

1. A prestação do serviço tem como finalidade: -----

- Montagem de andaimes e desmontagem em toda a volta da sede e subir 1,5m de altura da veirada; -----

- Lavagem da tenha com jato de alta pressão e fazer alguns arremates no telhado e dar hidrofugante na telha; -----

- Na entrada tirar tijoleira no piso da escadaria e assentar mármore cinza no piso, escadaria e betumar; -----

- Aplicar corrimão em tubular com garras para fixação do vidro laminado. -

Verificando-se alguma dificuldade na clarificação da informação, o Partido Socialista cumpriu o estabelecido na Secção II, Subsecção I, artigo 25.º, alínea j) que define as competências da deliberação sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. -----

Pelo exposto e reconhecendo a importância de apoiar as juntas de freguesia a melhorar as condições no seu edificado, o Partido Socialista votou favoravelmente.” -----

Reentrou o membro Regina Silva. -----

Saíram os membros Rui Rios e Cláudio Costa. -----

10 – Proposta de recursos financeiros destinados ao exercício e à execução do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Educação para o exercício de 2025 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de novembro de



Ana Cunha
[Signature]

2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

O membro **Carlos Cunha** (CDU) interveio para destacar que, se a Câmara Municipal pretende contratar apenas menos de 20% das vagas necessárias para o quadro de assistentes operacionais, o que significa que os serviços têm estado a funcionar com um défice elevado de pessoal. Disse que este défice, segundo ele, compromete diretamente a segurança e o apoio à comunidade escolar, além de gerar um estado de exaustão entre os profissionais em funções. -----

Aproveitou para criticar a “pseudotransmissão de competências” do Poder Central para as autarquias na área da educação, frisando que muitos dos encargos adicionais resultantes dessa transferência deveriam continuar a ser responsabilidade do Governo, posição defendida pela CDU desde sempre. Como exemplo da dificuldade na gestão das escolas, mencionou a situação da EB N.º 1 de Santa Maria da Feira, onde as fotocopiadoras e impressoras estão fora de serviço há pelo menos dois meses, obrigando pais e professores a recorrer a gráficas ou a imprimir o material escolar em casa. Concluindo, solicitou ao Executivo esclarecimentos sobre esta situação.-----

A deputada municipal **Susana Correia** (PS) iniciou a sua intervenção destacando que o debate estava focado na delegação de competências, com particular atenção ao contrato administrativo na área da educação. Esclareceu que, pelo que compreendeu, a principal questão em discussão dizia respeito ao reforço das verbas atribuídas. -----

Contudo, levantou uma questão que gostaria de ver esclarecida neste contexto, referindo-se a um problema persistente que afeta algumas freguesias, tanto no ano letivo anterior quanto no atual, e que está relacionado com o transporte escolar. Questionou se, no âmbito da delegação de competências, a responsabilidade pelo transporte escolar é da



Câmara Municipal, dos agrupamentos escolares ou de outra entidade, uma vez que algumas crianças continuam a ficar sem transporte, algo que anteriormente era assegurado, mas que deixou de o ser com a implementação da nova rede da Unir. -----

Mencionou que várias associações de pais têm procurado resolver o problema junto dos agrupamentos e das juntas de freguesia, e expressou a sua preocupação de que estas entidades não precisem recorrer a múltiplos interlocutores para solucionar a situação. Concluiu a sua intervenção reforçando a necessidade de clarificar a quem compete resolver o problema do transporte escolar e qual a solução que será apresentada para garantir o acesso das crianças a este serviço essencial. -----

O Sr. Presidente da Câmara delegou ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo, **Gil Ferreira**, a responsabilidade de prestar esclarecimentos sobre as questões elencadas, o qual explicou que a falha no fornecimento do serviço de cópia e impressão deve-se à transição entre as empresas responsáveis, uma vez que o Município passou a ser a entidade gestora, consolidando o concurso que abrange todos os nove agrupamentos escolares. Admitiu que essa mudança tenha causado um desfasamento no fornecimento e instalação dos equipamentos, o que não era desejável. -----

Mencionou que teve conhecimento da situação ocorrida na EB N.º 1 de Santa Maria da Feira apenas no próprio dia e informou que já havia solicitado à sua equipa que verificasse a situação e a resolvesse com a máxima urgência, garantindo que o serviço fosse restabelecido sem mais demora. -----

Em relação aos rácios do pessoal não docente, explicou que conforme estabelecido pela portaria vigente, foram cumpridos. No entanto, informou que recebeu uma atualização do assunto no próprio dia, a qual poderia alterar algumas das informações que tinha para dar, uma vez que não houve tempo para analisar a atualização feita pelo Ministério da Educação e da



Handwritten signature
tracinho
Handwritten signature

Ciência. Mesmo assim, ressaltou que, de acordo com a portaria anterior, os rácios foram respeitados. -----

Em relação às necessidades nas escolas, mencionou que, devido à organização da escola a tempo inteiro, que exige a presença de assistentes operacionais desde as 7 da manhã até às 19.30 da tarde, além do aumento significativo de alunos com necessidades de saúde especiais, muitos dos quais sem relatórios técnicos, o Município tem procurado atender às necessidades diárias das escolas. Referiu que isso tem exigido um esforço adicional na contratação e alocação de assistentes operacionais para garantir o suporte necessário aos educadores e professores. Reiterou que, caso haja alguma alteração, com base na nova informação recebida, dará conhecimento da mesma à Assembleia. -----

O Sr. Vereador Gil Ferreira esclareceu que, em relação à competência dos transportes, o Município assumiu a responsabilidade pela definição, implementação e gestão dos circuitos especiais de transporte para comunidades que não têm acesso a serviços de transporte público. Disse que, no entanto, a gestão do transporte de alunos com necessidades educativas especiais foi subdelegada aos agrupamentos escolares, por considerarem que estes têm maior capacidade de gestão através dos seus serviços administrativos. -----

Em relação às queixas mencionadas pela deputada municipal Susana Correia, explicou que se referia às irregularidades no funcionamento de algumas linhas de transporte, especialmente no sul do Concelho, relativas ao serviço da Unir. Citou especificamente as linhas 2014, 2037, 2038, 2042 e 2041, que têm apresentado falhas e deficiências nos horários ao longo da semana. Informou ainda que o Município tem mantido uma comunicação constante e proativa com a Autoridade Metropolitana de Transportes, reivindicando as correções necessárias. -----

O Sr. Vereador Gil Ferreira sublinhou que a gestão dos transportes é uma responsabilidade partilhada, e que, devido à falta de recursos e autonomia



necessários, o Município não pode tomar decisões ou implementar mudanças de forma independente, estando, portanto, sujeito a uma negociação contínua. Enfatizou que, em várias ocasiões, o Município teve de assumir o transporte em situações críticas, especialmente no nordeste do Concelho. Concluiu a sua intervenção destacando que, embora ainda não tenha sido encontrada uma solução eficaz em algumas situações, o Município continua a trabalhar incansavelmente para resolver os problemas e encontrar as melhores soluções para a comunidade. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 46 votos a favor (PSD:27, PS:13, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND:2), aprovar o mapa dos recursos financeiros para o exercício de 2025, em cumprimento do clausulado no contrato interadministrativo em referência e nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saíram os membros Serafim Guimarães e Filipe Araújo. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência das seguintes inscrições: -----

1 – Ana Antunes -----

Assunto: Desagregação de Freguesias e situações nas escolas do Concelho;

2 – Luís André Santos -----

Assunto: Centrais fotovoltaicas e diversas obras da responsabilidade da Câmara no Concelho. -----

Informou aos referidos munícipes que, nos termos regimentais, tinham, cada um, cinco minutos de intervenção, numa intervenção única. -----

A munícipe **Ana Antunes** iniciou sua intervenção fazendo uma referência ao



ma
ma

ocorrido no início da sessão, mencionando a passagem extemporânea do membro do Chega a Independente. No entanto, a **Sra. Presidente da Assembleia** solicitou à munícipe que se concentrasse nos assuntos indicados aquando da sua inscrição, ou seja, a desagregação de freguesias e as escolas do Concelho. -----

Seguindo a orientação, a munícipe **Ana Antunes** abordou os dois pontos para serem esclarecidos pelo Sr. Presidente da Câmara, o primeiro relacionado com a desagregação de freguesias, e o segundo sobre situações nas escolas do Concelho, com ênfase na Escola Coelho e Castro, em Fiães, e na EB 2,3 Ferreira de Almeida, em Santa Maria da Feira. -----

Sobre a desagregação de freguesias, mencionou que foram tomadas deliberações e apresentados à Assembleia da República os pedidos de desagregação de várias Uniãos de Freguesias, nomeadamente Canedo, Vale e Vila Maior; Lobão, Gião, Louredo e Guisande; Caldas de São Jorge e Pigeiros; e São Miguel de Souto e Mosteirô. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre esses pedidos, bem como sobre a ausência de um pedido de desagregação da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo. -----

Relativamente à escola de Fiães, destacou que são lecionados cursos profissionais de informática e design gráfico 3D, nos quais o computador e a ligação à internet são ferramentas essenciais. Relatou que os computadores da escola não estão a funcionar adequadamente, demorando frequentemente vários minutos a iniciar, o que resulta na perda de tempo valioso durante as aulas. Disse que, além disso, a conexão à internet também apresenta falhas, sendo, por vezes, necessária a utilização da rede dos professores para garantir o acesso. -----

Destacou as condições precárias das salas de aula, mencionando que tanto alunos quanto professores enfrentam dificuldades devido à falta de aquecimento e, portanto, quais as medidas a tomar para as resolver considerando que o inverno está em curso. Observou ainda que, no roteiro



de visitas às escolas, o Sr. Presidente provavelmente se depararia com essa realidade e necessidade urgente de uma solução. -----

A munícipe Ana Antunes abordou algumas situações problemáticas na EB 2,3 Ferreira de Almeida, começando pela falta de papel higiénico nas casas de banho. Relatou também que, durante a realização de um corta-mato na quarta-feira passada, os balneários estavam sem água quente. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre como era possível que uma escola de Santa Maria da Feira, sob responsabilidade do Município, tivesse um aviso nos balneários informando da falta de água quente. Enfatizou a gravidade dessa situação, quando se trata de crianças, argumentando se essa falta de condições reflete a preocupação do Sr. Presidente com o bem-estar dos alunos das escolas do Concelho.-----

Além disso, questionou como está a ser feita a reciclagem dos resíduos nas escolas, especialmente no que diz respeito aos resíduos alimentares, mencionando que, em muitas escolas, estes são misturados com outros tipos de resíduos, sem a devida separação.-----

Concluindo, solicitou respostas às questões levantadas.-----

O munícipe **Luís André Santos** interveio, começando por afirmar que o Sr. Presidente da Câmara, nesta Assembleia Municipal, emitiu um atestado de incompetência ao Dr. Emídio Sousa e ao Comendador Alfredo Henriques ao declarar, publicamente, ter realizado mais em meio ano do que os presidentes que o antecederam. Face a essa afirmação, questionou se o Sr. Presidente da Câmara agora seria capaz de alcançar os seus objetivos através de algum tipo de favorecimento. -----

De seguida, questionou qual o estado da pessoa acidentada, na semana passada, quando estava a fazer a montagem da iluminação de Natal.-----

Questionou sobre o andamento do processo da central fotovoltaica no Pinhal do Conde, em São João de Ver, e sobre a situação da central fotovoltaica da Feira, proposta pela empresa Horas Imponentes, Lda. Mencionou que, no



me curbe

dia 2 de agosto de 2023, foi apresentada a comunicação prévia nº 1166/2023 para a construção da central, a qual fica localizada perto do abandonado estádio de Sanfins. -----

Além disso, apontou o que considerou uma inverdade dita pelo Sr. Presidente da Câmara, referindo que o Partido Chega havia apresentado uma proposta para que a pista de atletismo não fosse construída naquele local, mas sim em outro ponto do Concelho. Com isso, acusou o Sr. Presidente de distorcer os fatos e faltar à verdade. -----

Fez referência à rotunda à saída da A32, em Canedo, observando que há vários anos os separadores plásticos cobrem as pedras com a inscrição “VILA DE CANEDO” e questionou o motivo para tal. Para ilustrar exibiu uma foto da situação. -----

Abordou também a rotunda localizada na Avenida Dr. Sá Carneiro, em São João de Ver, expressando preocupação com a sua segurança. Segundo ele, a rotunda pode representar um perigo em caso de acidente, tanto para as viaturas quanto, principalmente, para os condutores. Para reforçar sua argumentação, o munícipe exibiu uma foto da citada rotunda, questionando se estará em conformidade com as normas e regulamentos em vigor no Município. -----

De seguida, mencionou que a obra de alargamento da Rua da Lavandeira, em São João de Ver, está parada há mais de um ano. Para ilustrar a sua afirmação, exibiu uma foto atual da via. Destacou que, conforme registado na ata da Assembleia de Freguesia de 14 de dezembro de 2023, foi abordada a situação da obra, nos termos que passou a citar: “Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta que disse, como é sabido a Câmara fez um protocolo com a Junta de Freguesia nos seguintes termos: a Câmara fará a retirada das terras, enquanto a Junta fará os passeios e muros. Entretanto a Câmara deu início à obra, mas como alguém fez a denúncia ao ICNF sobre os cortes dos sobreiros, foi a mesma interrompida. Veio a técnica de Bragança e manifestamente confirmou que não havia nenhum corte de sobreiros

M
Araújo
P



promovido pela Câmara Municipal. O que existiu foi a poda por parte de um particular que nada tem a ver com o alargamento, e que porventura terá despoletado essa queixa. Assim, a obra neste momento está parada no ICNF para serem feitos relatórios. Esperemos que no início do próximo ano seja concretizada”. -----

Manifestou a sua indignação pelo facto de passado quase um ano e a obra continuar parada. Convidou os deputados municipais a visitarem a rua para observarem o que considerou uma aberração. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se teria avançado com a obra na expectativa de que os sobreiros desaparecessem, por milagre. -----

Relativamente à Rua de Arcozelo, em Caldas de São Jorge, referiu que o estado de degradação da mesma reflete a imagem de uma paragem de autocarros em Santa Maria da Feira, tendo exibido nova fotografia. Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que ordenasse, com urgência, a reparação da via e a sinalização do perigo existente. -----

Prosseguindo, recordou que, na sessão de setembro da Assembleia Municipal, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a existência de uma Junta de Freguesia no Concelho que adjudicou obras a um membro da Assembleia de Freguesia, eleito pelo mesmo partido que o presidente dessa Junta. Salientou que, na ocasião, o Sr. Presidente da Câmara lhe dirigiu palavras em tom que considerou inapropriado, como se estivesse a duvidar da veracidade da sua afirmação.-----

Em resposta a essa dúvida, referiu que na ata avulsa da tomada de posse de 19 de outubro de 2021, consta como 5.º elemento do PSD o Sr. António Luís da Costa Ferreira, construtor civil. Aludiu ainda às faturas n.ºs 2022/4, de 13 de junho de 2022, e 2022/6, de 19 de setembro de 2022, ambas emitidas por António Luís da Costa Ferreira à Junta de Freguesia de Fornos. -----

Concluiu a sua intervenção afirmando que aguardava o comentário do Sr. Presidente da Câmara sobre este caso e adiantou que, na próxima sessão da Assembleia Municipal, traria mais questões. -----



M
Ana Curto
P

O **Sr. Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção destacando que, durante a sessão, ocorreram revelações importantes, como a primeira intervenção do agora deputado independente Miguel Branco. Por esse motivo, decidiu não prestar mais esclarecimentos sobre o tema, considerando que o assunto já estava claro para todos os presentes. ----- Acrescentou que, mais relevante do que as disputas internas do Chega, que, no seu entender, não interessam aos feirenses, ficou evidente que esse partido se opõe à requalificação integral da Cruz e do seu túnel, referindo-se à necessidade de interromper o que designa como “projeto megalómano” do túnel da Cruz. Sublinhou ainda que o Chega também se manifesta contra a construção de uma escola secundária em Paços de Brandão, destacando que será responsabilidade desse partido explicar essa posição à população brandoense. Mencionou que o Chega se posiciona contra as obras nas freguesias e parece ter um foco particular em algumas delas, como São João de Ver, Paços de Brandão e Fornos.----- Por fim, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que é inegável que não se pode estabelecer qualquer comparação entre ele próprio, Amadeu Albergaria, e o Comendador Alfredo Henriques e o Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Emídio Sousa. Ressaltou também que, de acordo com a sua visão, o atual Presidente da Junta de Freguesia de Fornos já realizou mais em três anos do que alguns autarcas conseguiram em doze anos de mandato. ----- Relativamente à munícipe Ana Antunes, o Sr. Presidente afirmou que, para participar na vida pública, é fundamental estar devidamente preparada. Acrescentou que tanto a Assembleia Municipal como a Câmara, da qual já fazia parte, tomaram uma posição pública sobre o assunto. Referiu que, caso a munícipe Ana Antunes tivesse questionado os colegas do Chega na Assembleia da República, estes poderiam tê-la esclarecido de que as decisões tomadas pelos diferentes órgãos do Município e das Freguesias foram unânimes. Destacou ainda que essa informação é pública e notória, sublinhando que qualquer pessoa envolvida na vida pública deveria ter

Handwritten signature and initials.



conhecimento disso. -----
Sobre as visitas realizadas às escolas, mencionou que a Câmara Municipal intervém diariamente na resolução de inúmeros problemas, reconhecendo, contudo, que há sempre questões por solucionar. Salientou que essa é uma das responsabilidades da autarquia. No que respeita à disponibilização de computadores, esclareceu que essa competência não está delegada às câmaras municipais, mantendo-se sob a alçada exclusiva do Ministério da Educação.-----

Relativamente à EB 2,3 Ferreira de Almeida, o Sr. Presidente destacou que teve a oportunidade, enriquecedora, de debater o assunto diretamente com os alunos, num exercício notável de cidadania promovido pelas escolas do Concelho. Reconheceu a existência de desafios em todas as escolas EB 2,3, recordando que estas passaram para a gestão da Câmara há apenas um ano. Nesse sentido, informou que foram lançados vários projetos de execução para dar resposta às necessidades identificadas. Reforçou ainda a sua preocupação com as questões da Educação, sublinhando que esta é uma preocupação partilhada por todos os deputados presentes.-----

Concluindo, relativamente às restantes questões levantadas pelo munícipe Luís André Santos, o Sr. Presidente esclareceu que a Câmara prestará os devidos esclarecimentos nos termos do n.º 4 do artigo 28.º, do Regimento da Assembleia Municipal.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da



Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----
Nada mais havendo a tratar, às 02 horas e 05 minutos do dia 30 de novembro de 2024, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

A Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Ana Patrícia Bastos da Cunha